



Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

Jornalismo policial na televisão generalista em Portugal: o horário nobre em análise

Caroline Ribeiro de Almeida

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientador:

Doutor Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso,
Professor Catedrático ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Mestre Ana Isabel Pinto Martinho, investigadora assistente
no CIES-IUL, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2017

Agradecimentos

A conclusão deste trabalho só foi possível graças à ajuda e gentileza da minha orientadora, professora Ana Pinto Martinho, a quem deixo meus sinceros agradecimentos.

Obrigada, também, às minhas amigas Paula Mota, minha chefe de torcida, e Joana Leça, a melhor companheira de estudos que eu poderia ter.

À minha família, que, de longe, acompanha e apoia todas as minhas decisões.

E ao Ilo Aguiar, meu amor, meu melhor amigo, meu maior crítico e incentivador, pois, sem ele, eu nem teria chegado até aqui.

Resumo

Ao longo dos últimos anos, muito se foi falado na comunicação social portuguesa sobre o caráter mais sensacionalista das televisões generalistas do país, incrementado pela disputa de audiência com a CMTV. Este trabalho analisa o atual cenário das coberturas policiais nos telejornais do horário nobre dos três principais canais generalistas de Portugal: RTP 1, SIC e TVI, com o objetivo de compreender se houve um aumento deste tipo de abordagem. Partindo da discussão de conceitos como *gatekeeping*, *valores-notícia*, *audiência*, *sensacionalismo* e *jornalismo policial*, recorre-se às vertentes quantitativa e qualitativa da análise de conteúdo para proceder à investigação. São analisadas sete variáveis, que traçam um panorama estabilizado. Em números absolutos, não se observa um aumento de cobertura policial nos alinhamentos dos jornais, mas nota-se um conjunto de estratégias para atrair o telespectador. A RTP 1 aposta em formatos mais aprofundados de notícias, a SIC investe em destaques das pautas na abertura e ao longo da edição do *Jornal da Noite*, e a TVI utiliza os discursos cheios de sentimentos de testemunhas como principal fonte de informação para a construção das narrativas.

Palavras-chave: Televisão, jornalismo, telejornalismo, jornalismo policial audiência, sensacionalismo, crime, RTP, SIC, TVI, Portugal.

Abstract

Over the past few years, much has been said in the Portuguese media about the sensationalist character of the national generalist television channels, which has been compounded by the audience dispute with CMTV. This work analyzes the current scenario of police coverage in the prime time television news programs of the three main generalist channels in Portugal: RTP 1, SIC and TVI, trying to understand whether there was an increase of this type of approach. Starting from the discussion of concepts such as gatekeeping, news-values, audience, sensationalism and police journalism, the work uses the quantitative and qualitative aspects of content analysis to proceed with the investigation. Seven variables are analyzed, which outline a stabilized panorama. In absolute numbers, there is no increase in police coverage in newspaper alignments, but a set of strategies to attract the viewer is noted. RTP 1 bets on more in-depth news formats, SIC invests in the highlights at the opening and throughout the edition of *Jornal da Noite*, and TVI uses speeches full of feelings of witnesses as the main source of information for the construction of narratives.

Key words: Television, journalism, tv journalism, tv news, policial journalism, audience, sensationalism, crime, RTP, SIC, TVI, Portugal.

Índice geral

Introdução	p. 1
Capítulo I - Discussão teórica	p. 3
1. O que é notícia?.....	p. 3
1.1 - <i>Gatekeeping</i> e noticiabilidade.....	p. 3
1.2 - Valores-notícia.....	p. 5
2. A televisão como fonte de informação: o telejornalismo.....	p. 6
2.1 – Histórico em Portugal.....	p. 7
3. Audiência.....	p. 8
3.1 - Audiência e mercado.....	p. 10
4. Sensacionalismo.....	p. 12
5. Jornalismo policial.....	p. 13
5.1 - Histórico em Portugal.....	p. 15
Capítulo II - Enquadramento metodológico	p. 17
1. Objetivos da pesquisa.....	p. 17
2. Metodologia aplicada.....	p. 17
2.1 - Definição da amostra.....	p. 19
2.2 - Referencial de codificação.....	p. 19
Capítulo III - Análise	p. 23
1. Temas.....	p. 24
2. Formato das notícias.....	p. 25
3. Alinhamento.....	p. 26
4. Duração.....	p. 27
5. Destaques.....	p. 28
6. Localização.....	p. 29
7. Fontes.....	p. 31
Conclusão	p. 32
Bibliografia	p. 34
Anexos	p. I

Índice de figuras

Figura 3.1.....	p. 23
Figuras 3.2 e 3.3.....	p. 24
Figura 3.4.....	p. 25
Figura 3.5.....	p. 26
Figuras 3.6 e 3.7.....	p. 27
Figura 3.8 e 3.9.....	p. 28
Figura 3.10.....	p. 29
Figuras 3.11 e 3.12.....	p. 30
Figura 3.13.....	p. 31

Introdução

11 de Outubro de 2016. Um elemento da Guarda Nacional Republicana é encontrado morto à margem de uma estrada em Aguiar da Beira, cidade do norte de Portugal. Alguns metros adiante, um outro elemento da GNR é encontrado ferido, próximo a um homem já sem vida e uma mulher com ferimentos graves. Todos, alegadamente, vítimas de Pedro Dias, homem de meia idade de quem, até então, a maioria dos portugueses nunca tinha ouvido falar. Inicia-se uma caça das autoridades ao suspeito que termina, quatro semanas depois, com Pedro Dias entregando-se à polícia voluntariamente, ação acompanhada em *direto*¹ por uma equipa da RTP. “Um momento que acaba até por ser histórico na televisão portuguesa. Nunca teríamos assistido até hoje uma entrega em direto”², diz a jornalista Sandra Felgueiras às 10:13 da noite do dia 8 de Novembro de 2016.

A cobertura do caso Pedro Dias reforçou discussões já presentes na comunicação social portuguesa. Ao longo do último ano, foram frequentes opiniões que refletem sobre as atuais características do jornalismo praticado no país. O Embaixador reformado Fernando d’Oliveira Neves, em artigo no Público³, se referiu a televisão como um dos meios que “se comprazem a praticar uma pretensa informação sensacionalista que logo se traveste numa informação que, mais que alarmista, eu diria histórica”. À propósito da cobertura dos incêndios florestais que assolaram Portugal nos últimos quatro meses, e mataram mais de 100 pessoas, especialistas alertaram à Lusa⁴ que “uma cobertura noticiosa dos incêndios que banaliza o acontecimento, assim como o recurso ao sensacionalismo, pode ter um efeito promotor de fogos postos por parte de grupos mais vulneráveis”.

Outras opiniões logo passaram a relacionar a *briga pela audiência* como fator decisivo para alterações nos alinhamentos e incremento das coberturas mais sensacionalistas nas

¹ Termo utilizado em Portugal para definir uma cobertura em tempo real na televisão. Corresponde ao “live” norte-americano e ao “ao vivo” no Brasil. Ver mais definições de gêneros jornalísticos no Capítulo II, item 2.2, página 20.

² Disponível online em https://www.rtp.pt/noticias/pais/o-momento-em-que-pedro-dias-se-entrega-as-autoridades_v960531

³ Publicada no dia 29 de Março de 2016, disponível online em <https://www.publico.pt/2016/03/29/opiniao/opiniao/a-comunicacao-social-ela-que-1727213>

⁴ Notícia publicada no portal SAPO24, disponível online em http://24.sapo.pt/atualidade/artigos/cobertura-sensacionalista-dos-incendios-pode-promover-fogo-posto-alertam-especialistas# swa cname=sapo24 share& swa cmedium=web& swa csource=facebook&utm source=facebook&utm_medium=web&utm_campaign=sapo24_share

televisões. Em um destes textos, Rui Calafate (2016)⁵, colunista do jornal online ECO, afirma que o único canal de informação em crescimento no país é a CMTV⁶ e que todas as outras emissoras seguem na mesma direção da líder de audiência⁷, sem oferecer alternativas para o público.

Em comum, as opiniões trazem à tona o termo “sensacionalismo”. Este conceito é matéria-prima para um gênero jornalístico ainda pouco estudado em Portugal, o *jornalismo policial*. Diante desta reflexão, este trabalho propõe um olhar sobre a cobertura policial presente no telejornalismo português. No enquadramento teórico, recorre-se à discussão sobre a função dos *gatekeepers*, critérios de noticiabilidade e valores-notícia, para que seja possível entender o processo de seleção e transformação de um acontecimento em notícia. Em seguida, são apresentadas as características da televisão enquanto fonte de informação, com especificidades do telejornalismo. Os conceitos de audiência também estão explicitados, para auxiliar na compreensão dos mecanismos que podem ser adotados pelos media para aliar de um lado a informação, do outro a necessidade de lucro das empresas.

Para entrar no cerne da questão, aprofunda-se a discussão com o debate sobre o crime enquanto pauta jornalística, especificidades do sensacionalismo e do jornalismo policial, traçando-se um histórico do gênero em Portugal, com a ajuda de entrevistas a três nomes de relevo dentro desta temática: Carlos Narciso, Hernâni Carvalho e Miguel Fernandes.

Para perceber quais são, afinal, as características das coberturas policiais na televisão em Portugal, esta pesquisa seleciona os jornais do horário nobre das três principais emissoras generalistas do país: O *Telejornal* da RTP 1, o *Jornal da Noite* da SIC e o *Jornal das 8* da TVI. A análise centra-se em sete variáveis, que vão desde os principais temas cobertos, passando pelo destaque dado a cada um e pelo uso das fontes de informação na construção da narrativa. Ao final, será possível perceber quais tipos de estratégias são adotados pelos canais nas coberturas policiais e, ainda, observar se a proposição de Rui Calafate, quando diz que “a agenda mediática de quase todas as televisões se ajoelhou perante o crime”, encontra bases para se sustentar.

⁵ Calafate, Rui (2016), *A ascensão da CMTV e a queda dos outros*, ECO - Economia Online, 27/10/2016, disponível online em <https://eco.pt/opiniao/a-ascensao-da-cmtv-e-a-queda-dos-outros/>

⁶ Canal a cabo do grupo Cofina, presente nas plataformas MEO e NOS, inaugurado em 2013 como uma extensão do jornal Correio da Manhã, que segue os mesmos padrões editoriais do impresso, com cunho popular e voltado para coberturas mais apelativas.

⁷ Baseado em notícia publicada com dados da GFK <http://www.sabado.pt/ultima-hora/detalhe/cmtv-cada-vez-mais-lider-de-audiencias>

Capítulo I - Discussão teórica

1. O que é notícia?

1.1 - *Gatekeeping* e noticiabilidade

Tudo estava avermelhado e, ao mesmo tempo, cinza. Era o cenário na mata em Pedrógão Grande, depois de ser consumida pelo fogo devastador que matou mais de sessenta pessoas. Jazia entre os tocos secos das árvores carbonizadas um corpo, coberto com um lençol branco, isolado por fitas das autoridades de socorro. A poucos passos de distância do cadáver, a jornalista Judite Sousa, da TVI, descrevia a situação: “um corpo aqui ao meu lado, de uma senhora, que ainda não foi retirado, apesar dos bombeiros se encontrarem muito perto deste local”.

A reportagem especial de Judite sobre a tragédia no pequeno município do centro de Portugal foi exibida no *Jornal das 8^h* do dia 18 de Junho deste ano e gerou muita repercussão, ao ponto de a Entidade Reguladora para a Comunicação Social⁹, depois de acionada, deliberar que a TVI desrespeitou “a dignidade da pessoa humana, a ética de antena que lhe cumpre observar e que àquela se associa, bem como o dever de rigor informativo”.¹⁰

Pode-se imaginar a pergunta que passou pela cabeça de quem não concordou com a reportagem: qual a necessidade de exibir de forma tão explícita uma vítima desta tragédia? Diante dos questionamentos, o diretor de informação da TVI emitiu um comunicado em que está a resposta. Sérgio Figueiredo justifica que o corpo estava no local “estendido há muitas horas e tapado com um lençol branco – a pior das metáforas da incapacidade da assistência civil atender todas as populações que foram implacavelmente atacadas pelas chamas. Esta circunstância confere um evidente relevo informativo, que não compete ao regulador definir”¹¹.

Sérgio Figueiredo toca em um ponto chave para a percepção da construção jornalística dos media em geral. O “relevo informativo” de determinado acontecimento é estabelecido durante *gatekeeping*, “um fenómeno de filtragem controlado por sistemas objectivos de regras

⁸ Telejornal do *prime time* da TVI e que será alvo da análise deste trabalho.

⁹ ERC - entidade administrativa independente que regula e supervisiona órgãos de comunicação social em Portugal.

¹⁰ Deliberação adotada pelo Conselho Regulador da ERC a 29 de Agosto de 2017, disponível online em <http://www.erc.pt/pt/noticias/deliberacoes-adoptadas-pelo-conselho-regulador-a-29-de-agosto-de-2017>

¹¹ Comunicado publicado no Jornal Público no dia 19 de Junho de 2017, disponível online em <https://www.publico.pt/2017/06/19/sociedade/noticia/erc-abre-processo-de-averiguacoes-sobre-a-cobertura-jornalistica-da-tvi-1776197>

ou por *gatekeepers*” (CRUZ, 2008, p.120), aqueles que decidem o que passa ou o que fica no *gate*, o portão. Os jornalistas são os *gatekeepers*, atuam como filtros, decidindo o que deve, e de que forma, ser noticiado para o público.

Este conceito nasce com Kurt Lewin (Wolf, 2006), em 1947, em um estudo sobre alterações de hábitos alimentares em grupos sociais, e é aplicado em fluxos de notícias pela primeira vez por D.M. White em 1950. Estas primeiras pesquisas apresentam a ação do *gatekeeper* individualizada, entretanto, segundo Wolf, são posteriormente ultrapassadas por estudos que reforçam a “necessidade de integrar a análise do papel de *gatekeeper* na análise dos papéis produtivos e da organização burocrática da qual faz parte” (WOLF, 2006, p. 183).

De acordo com Mauro Wolf, no processo de produção de informação há dois lados. Um é a prática dos profissionais na concepção da notícia, o outro são “as restrições ligadas à organização do trabalho”, que envolvem seleção dos acontecimentos, uso de fontes, modos de fazer, e que ajudam a evitar possíveis críticas do público. É neste momento que estabelece-se o conjunto de critérios que definem a *noticiabilidade* (*newsworthiness*) de um evento, que, segundo Wolf:

é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos - do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas - para adquirirem a existência pública de notícias. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é “excluído”, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional. Não adquirindo o estatuto de notícia, permanece simplesmente um acontecimento que se perde entre a “matéria-prima” que o órgão de informação não consegue transformar e que, por conseguinte, não irá fazer parte dos conhecimentos do mundo adquiridos pelo público através das comunicações de massa. Pode também dizer-se que a *noticiabilidade* corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias. (WOLF, 2006, p. 190)

Perceber o processo de *gatekeeping* é importante, pois, assim, amplia-se a compreensão sobre as rotinas produtivas das notícias que formam os alinhamentos dos telejornais analisados posteriormente neste trabalho.

1.2 - Valores-notícia

Os *valores-notícia* (*news values*) são parte do que determina a noticiabilidade de um acontecimento. A primeira definição sistemática dos valores-notícia foi feita por Galtung e Ruge (Traquina, 2002). A dupla estabeleceu doze: a *frequência*, duração do evento; *amplitude*, alcance do acontecimento; *clareza*, quanto menos ambíguo melhor; *significância*, relacionado à importância dada; *consonância*, capacidade de corresponder às expectativas do que se quer que aconteça; o *inesperado*; a *continuidade*, continuação de algo que já ganhou visibilidade; a *composição*, para garantir o equilíbrio com a diversidade de assuntos; a *referência a nações de destaque*; a *referência a pessoas de destaque*, enquanto agente; a *personalização*, relativo aos envolvidos; a *negatividade* do acontecimento.

Traquina propõe a divisão dos valores-notícia em dois grupos, os de *seleção* e os de *construção*, distinção proposta pela primeira vez por Mauro Wolf, “que apontou que os valores-notícia estão presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística” (TRAQUINA, 2002, p.186).

Segundo Traquina, os valores-notícia de seleção são utilizados na hora de escolher o que será transformado em notícia e dividem-se em *critérios substantivos*, relacionados “à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia” (TRAQUINA, 2002, p. 186) e *critérios contextuais*, que consideram o contexto de produção da notícia.

São critérios substantivos dos valores-notícia de seleção: a *morte*, a *notoriedade* do agente principal do evento; a *proximidade*, em termos geográficos e culturais; a *novidade*; o *tempo* e a *efeméride*, que marcam a relação entre datas de acontecimentos; a *notabilidade*, que considera a quantidade de envolvidos, a inversão entre o que é inusitado e o que é o normal, insólitos, falhas e excesso ou escassez de algum tema; o *inesperado*, como mega-acontecimentos; o *conflito* ou a *controvérsia*, que se relacionam a violência física ou simbólica; e a *infração*, violação ou transgressão de regras.

Os critérios contextuais dos valores-notícia de seleção englobam a *disponibilidade*, a facilidade de se realizar a cobertura do acontecimento; o *equilíbrio*, quando se avalia a quantidade de notícias sobre o tema dentro de um período de tempo; a *visualidade*, existência de elementos visuais como fotos e vídeos; a *concorrência*, a procura pelo que é exclusivo e a preocupação em também apresentar o que os outros veículos têm; e o *dia noticioso*, a

avaliação do que houve neste dia e qual acontecimento se sobressai em valores-notícia entre os outros.

O segundo grupo proposto por Traquina, os valores-notícia de construção, refere-se aos “critérios de selecção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia” (TRAQUINA, 2002, p. 198). Englobam a *simplificação*, quanto menos ambiguidade e complexidade melhor; a *amplificação*, capacidade de amplificar o ato ou as consequências; a *relevância* que uma notícia sobre determinado acontecimento poderá ganhar; a *personalização*, a valorização dos envolvidos no fato; a *dramatização*, o reforço dos aspectos emocionais; e a *consonância*, a possibilidade de relacionar o novo fato com contextos já conhecidos pelo público.

Nelson Traquina ressalta que, embora os valores-notícia sejam “um elemento básico da cultura jornalística, partilhado pelos membros desta comunidade interpretativa” (TRAQUINA, 2002, p. 203), não estão imunes ao poder organizacional, já que a linha editorial do veículo de comunicação pode afetar a seleção dos acontecimentos de várias maneiras. Como já visto no ponto anterior, o *gatekeeping* acontece por meio de filtros. Os valores-notícia estão inseridos de forma direta neste processo, que compõe a base do trabalho diário realizado dentro da redação de um órgão de comunicação. Os dois conceitos tornam-se, portanto, indispensáveis para esta análise, que incide diretamente sobre o produto final resultante da combinação desta dupla: as notícias emitidas para o público.

2. A televisão como fonte de informação: o telejornalismo

Os jornais televisivos que conhecemos hoje têm sua origem no cinema. “O aparecimento do primeiro jornal em imagens se produziu em 1909, por iniciativa dos irmãos *Lumière*, ou melhor dito pela *Casa Lumière*, que se havia dedicado a registrar em filmes acontecimentos de importância histórica” (VIANNA, 2003, p.3). Depois dos franceses, ingleses e norte-americanos aparecem como os primeiros a investir nos noticiários cinematográficos, que prosperaram no início do século XX.

O *cinējornalismo* trouxe as imagens como aliadas da informação jornalística, até então exclusiva dos jornais impressos: “um acontecimento de importância exigia destacar vários *camarógrafos* para o lugar do ocorrido” (VIANNA, 2003, p. 6). Anos mais tarde, a televisão originou uma revolução eletrônica (Cruz, 2008), que confirmou o poder da imagem: “a

linguagem jornalística na televisão tem um traço específico que a distingue: a imagem. A força da mensagem icônica é tão grande que, para muitas pessoas, o que a tela mostra é o que acontece, é a realidade” (REZENDE, 2000, p. 76). Para Carla Cruz:

a informação televisiva está obrigada às regras gerais de qualquer informação mediatizada, com a particularidade de ser uma informação de maior impacto na sociedade, dadas as características específicas do meio, que permitem a representação da realidade com uma grande riqueza visual e auditiva. (CRUZ, 2008, p. 175)

A construção das notícias no telejornalismo envolve processos que vão desde a captação de imagem e som até a apresentação do noticiário, o *telejornal*. Este produto:

representa a realidade actual da sociedade, mediante um conjunto de fragmentos organizados em forma de notícias ou relatos breves, acompanhados por imagens e sons descontextualizados da realidade. No fundo, separa a realidade em mosaicos-notícias, fragmenta o relato mediante diversos e múltiplos planos e une umas partes da realidade com outras, para gerar um discurso coerente entre as imagens e a expressão oral e, posteriormente, submete-se ao contexto que se cria dentro do programa. (CRUZ, 2008, p. 183)

A estrutura de um telejornal é formada através de um conjunto de ações que permite inferências sobre a relevância dada às notícias. Em geral, uma edição é organizada em blocos temáticos, que hierarquizam o grau de importância dos assuntos abordados. O tempo dedicado a cada tema/notícia também. Quanto menos tempo, menor importância, e vice versa. Assim como os gêneros escolhidos para a apresentação de cada notícia. Um *off* pressupõe um assunto menos relevante do que aquele que é apresentado em uma *peça*, que, por sua vez, tem menor importância do que algo explicado numa *reportagem*.¹²

Perceber a dinâmica de construção de um telejornal é necessário, já que esta investigação analisará sete variáveis relacionadas a este processo, explicitadas oportunamente no enquadramento metodológico.

2.1 - Histórico em Portugal

Em Portugal, os blocos informativos ganharam logo a preferência dos telespectadores (Sena, 2011) da Radiotelevisão Portuguesa, a RTP, concessionária do serviço público de televisão e primeiro canal do país.

¹² Ver definições de gêneros jornalísticos no Capítulo II, item 2.2, página 20.

O programa *Revista Mundial* foi o precursor do *Telejornal*¹³ e, durante cerca de 10 minutos, eram apresentadas as sequências filmadas de acontecimentos nacionais e internacionais. A 15 de Fevereiro de 1957, o bloco informativo, com cerca de 15 minutos, passava a ter cinco minutos dedicados ao noticiário lido e dez minutos dedicados a um *Jornal de Actualidades*, composto por material filmado. (SENA, 2011, p. 69)

Entretanto, o formato de telejornal só surge no país durante a ditadura¹⁴, em 19 de Outubro de 1959, com a criação do *Telejornal*, que tinha papel de agenda protocolar dos líderes políticos da época (Brandão, 2005) e começou com duas edições diárias à noite. Posteriormente, na década de 1990, a chegada da televisão privada, com a criação da SIC¹⁵ e da TVI¹⁶, fez com que a audiência se dispersasse entre os três canais generalistas¹⁷. “O *Telejornal* reduziu a sua popularidade depois da concorrência directa com o *Jornal da Noite*¹⁸, da SIC, a competir no mesmo horário desde 1994.” (SENA, 2011, p. 123).

“Nas estações generalistas, a informação assume-se como o eixo principal das suas programações diárias” (BRANDÃO, 2005, p. 129) e são os telejornais da noite, horário considerado o *prime time*¹⁹, que proporcionam:

maior profundidade e contextualização dos factos noticiosos. As notícias são apresentadas de forma muito apelativa, devido à abundância de imagens provenientes de múltiplas fontes nacionais e internacionais, que permitem uma edição muito ágil, dada a rapidez da sequência de planos visuais. Estes noticiários são aqueles que mais tendem a evidenciar a identidade editorial da estação, e são por isso os que exigem máxima atenção dos órgãos directores. (CRUZ, 2008, p. 197)

3. Audiência

As noções sobre o significado de *audiência* fazem parte de uma realidade comum e evoluem de acordo com o surgimento de novos media (Barreiros, 2010). Para Dennis

¹³ Neste caso, *Telejornal* é o nome do noticiário televisivo em exibição na faixa da noite da RTP atualmente e que será alvo da análise deste trabalho.

¹⁴ Período iniciado em 1926 que termina com a Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974.

¹⁵ Primeira emissora de tv privada de Portugal, inaugurada em 1992.

¹⁶ Segunda emissora de tv privada de Portugal, inaugurada em 1993.

¹⁷ Conceito de televisão que engloba vários gêneros, apresenta variedade de programas, dirige-se a vários públicos, compete pela audiência e promove coesão social e cultural (Sena, 2011).

¹⁸ Telejornal que está no ar atualmente e que será alvo da análise deste trabalho.

¹⁹ O horário nobre da televisão, estabelecido em função do carácter doméstico do meio. “Os próprios ritmos de vida e a calendarização escolar e laboral privilegiam o facto do período noturno ser o mais concorrido no consumo televisivo, registando-se as audiências mais elevadas do dia” (SENA, 2011, p. 49).

McQuail (1997), a origem do atual conceito de audiência remonta à antiguidade:

Nossas noções mais antigas de audiências são de uma reunião física num determinado lugar. Uma cidade grega ou romana teria um teatro ou arena que, sem dúvida, foram precedidos por encontros informais para eventos similares e para momentos religiosos ou relacionados ao governo (McQuail, 1997, p. 2-3).

Para McQuail, a audiência “simplesmente refere-se aos leitores, espectadores ou ouvintes de um ou outro media ou de algum tipo de conteúdo ou performance”²⁰ (McQuail, 1997: 1). O autor afirma, ainda, que a audiência também é resultado de uma combinação de contexto social e de resposta a um padrão de oferta de media. McQuail considera que o cinema criou o primeiro conceito de audiência de massa, por potencializar a recepção em larga escala de uma mensagem idêntica. “O primeiro conceito social científico de audiência nasceu depois de ser dado um passo significativo no desenvolvimento dos media - a invenção do filme e do cinema enquanto forma de distribuição”²¹ (Jowett e Linton, 1980, *apud* McQuail, 1997: 5).

Nos anos de 1920, com o crescimento da radiodifusão, começa uma nova etapa para a definição do conceito de audiência, quando esta passa a ser “entendida em função do meio” (Barreiros, 2010). É “o início do processo de criação de audiência de massa através de suportes tecnológicos de comunicação à distância” (Barreiros, 2010: 116). É quando McQuail (1997) situa uma inédita definição até então. A audiência é tratada pela primeira vez como “o conjunto dos que possuem o aparelho para recepção”²² (McQuail, 1997: 5).

No entanto, para McQuail, foi a televisão a responsável por evidenciar as características de massa das audiências (McQuail, 1997). O impacto da televisão era muito maior. Estava presente tanto nos espaços sociais quanto culturais e favorecia o privado em detrimento dos espaços públicos, diferente do que acontecia com a leitura de jornais ou exibição de filmes no cinema. Para McQuail, a audiência da televisão era, mais do que nunca, um fenômeno de massa: tinha grande alcance, era anônima, viciante e passiva (McQuail, 1997).

²⁰ Livre tradução.

²¹ Livre tradução.

²² Livre tradução.

3.1 - Audiência e mercado

John Hartley define audiência como “um grande número de pessoas não identificáveis, unidas pela sua forma de uso dos media”²³ (Hartley, 2002: 11). Por não ser identificável, a construção de uma audiência depende do contexto em que ela é imaginada. “Definir uma audiência normalmente envolve homogeneizá-la, atribuindo-lhe certas características, necessidades, desejos e preocupações. A audiência é uma construção motivada pelo paradigma no qual é imaginada²⁴” (Hartley, 2002: 11).

É esta construção, com atribuição de algumas características específicas, que permite, para Hartley (2002), o funcionamento de três tipos de produtores, aqueles que vão trabalhar em cima dos dados sobre o perfil da audiência. Um dos produtores são os pesquisadores de media, que tanto podem considerar a audiência como um único pacote e traçar, a partir dela, dados sociológicos gerais, quanto podem seguir grupos específicos dentro (esta, segundo Hartley, é a tendência). O segundo grupo a quem a construção da audiência atende são os órgãos governamentais, os reguladores, que vão legislar sobre o que será permitido ou não. O terceiro grupo são as instituições de media.

As audiências permitem que as organizações de media vendam publicidade ou cumpram com suas obrigações públicas e estatutárias, seja para a televisão, rádio, revistas ou a imprensa. É importante conhecer o tamanho, a qualidade (composição demográfica) e as características do público para esse fim - esses dados se relacionam diretamente com a receita. Isso explica a contínua medição de telespectadores, ouvintes e leitores. Para as instituições de media, o conceito de audiência permite que a troca de informações e entretenimento se tornem mercantilizadas²⁵ (Hartley, 2002, p. 11).

Para Barreiros (2010), essa construção da audiência no contexto contemporâneo é voltada para os lados econômico e empresarial, transformando-a em critério para medição de sucesso nestas duas áreas. A audiência acaba:

confinada a indicador de mercado, ou seja, assume a condição de mercadoria do negócio das indústrias culturais e políticas do modo como “produzem audiência” enquanto “externalidades” para além do quadro das suas responsabilidades. Situada como fruto de processos de produção e consumo, em regime de mercado, num ciclo composto de proposta apelativa promocionalmente aparelhada, mobilizando expectativas mútuas de adesão, sucedidas ou não, resulta em algum grau de reciprocidade e indeterminação,

²³ Livre tradução.

²⁴ Livre tradução

²⁵ Livre tradução

margens de autonomia e subordinação (Barreiros, 2010, p. 105).

É com o perfil traçado das audiências que os espaços publicitários dentro de uma organização são definidos, “uma vez que os anunciantes têm público-alvo para seus produtos” (Fernandes, 2001: 117). As empresas de medição de audiência surgiram diante desta necessidade. “Conhecer o público-alvo, os seus hábitos, preferências e atitudes só é possível através de instrumentos que apreendam de forma fíável os comportamentos efectivos desses cidadãos, de modo a estabelecer padrões extrapoláveis para o total da população” (Duarte, 1994: 14). A audimetria²⁶ passou a ser o método mais utilizado, principalmente, por canais de televisão, para demonstrar seu crescimento em números de audiência.

A grelha de programação de um canal de televisão é considerada uma ação estratégica para fidelizar a audiência (Fernandes, 2001). Em Portugal, o início da década de 1990 marca a expansão da oferta televisiva no país, com a criação da SIC e da TVI, canais privados que passaram a concorrer com o canal público, RTP, trazendo uma declaração de guerra à tona (Fernandes, 2001).

Em 2001, ao publicar um estudo sobre os primeiros cinco anos de televisão privada em Portugal, a investigadora Ana Paula Fernandes concluiu que a audiência das emissoras é como uma mercadoria, que é negociada com os anunciantes, gera lucro e favorece o crescimento dos grupos de comunicação social. Definir um perfil dessa audiência passou a ser tarefa realizada por todos os canais, “uma vez que os anunciantes têm públicos-alvos para os seus produtos. Consoante o perfil das audiências de cada canal e o cruzamento destes indicadores (sexo, idade, classe social) com os diferentes períodos horários, localizam-se os diferentes públicos” (Fernandes, 2001: 117).

A investigadora traz trechos de artigos e entrevistas com personalidades portuguesas de destaque no período, publicadas na imprensa, que ajudam a mensurar um pouco do impacto que a chegada dos canais privados causou e das mudanças implantadas nas grelhas de programação. Maria Barroso²⁷ criticava os concursos, pois apelavam ao consumismo desenfreado. Já Manuel Maria Carrilho²⁸ considerava que a televisão privada ajudou a melhorar a área de informação. Dom Eurico²⁹ chamava a atenção para a exibição de sexo e violência, que deveriam ter limites acordados pelos responsáveis pelas estações. José Manuel

²⁶ Fernandes define audimetria como o uso de um “dispositivo electrónico que regista segundo a segundo o contacto com os diferentes canais” (Fernandes, 2001: 132).

²⁷ Primeira-Dama de 1986 a 1996, esposa de Mário Soares.

²⁸ Antigo Ministro da Cultura, cronista de imprensa e comentador televisivo.

²⁹ Bispo católico, Arcebispo de Braga.

Fernandes³⁰ destacava a renovação da informação televisiva, mas acompanhada de uma “propensão para a sobrevalorização do espetáculo face ao rigor, ‘exploração de sentimentos primários e alguma violência gratuita’” (Fernandes, 2001: 59).

Para Barreiros, “o leque de assuntos considerados publicamente relevantes expande-se progressivamente - integrando uma gama alargada de aspectos pessoais, privados, mesmo íntimos e assuntos de interesse público marginalizados” (Barreiros, 2010: 119). Uma entrevista de Fernando Barata, antigo coordenador do *Telejornal*, no documentário *Alinhamento dos Telejornais* (2010)³¹, do projeto *RTP Ensina*, retrata a preocupação que permeia a prática jornalística diária na emissora: “queremos fazer serviço público, mas como sabemos perfeitamente que não há serviço público sem público, também temos de certa forma que estar atentos a estes assuntos”. Esta reflexão justifica a relevância da discussão sobre os conceitos de audiência para este trabalho.

4. Sensacionalismo

De acordo com Danilo Angrimani, “sempre que se quer acusar um veículo de comunicação, ou um jornalista, usa-se de forma abrangente - e nem sempre exata - a adjetivação ‘sensacionalista’” (ANGRIMANI, 1995, p. 13). O autor define o termo como:

Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias, editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso. Sensacionalismo é a produção de noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato. Em casos mais específicos, inexistente a relação com qualquer fato e a “notícia” é elaborada como mero exercício ficcional. O termo “sensacionalista” é pejorativo e convoca a uma visão negativa do meio que o tenha adotado. Um noticiário sensacionalista tem credibilidade discutível (ANGRIMANI, 1995, p. 13).

A origem do sensacionalismo enquanto característica aplicada ao jornalismo está conectada ao surgimento da imprensa em si, na França e nos Estados Unidos, com os primeiros brochuras e jornais, ainda nos séculos XVI e XVII (Angrimani, 1995).

Na televisão, o sensacionalismo condiciona ações dos jornalistas, que recorrem ao tom dramático nas narrações, choro dos entrevistados, imagens fortes, como cadáveres ou sangue,

³⁰ Jornalista e cronista.

³¹ Extrato do programa *Nativos Digitais – Alinhamento dos Telejornais*, produzido em 2010, disponível online no âmbito do projeto *RTP Ensina* em <http://ensina.rtp.pt/artigo/alinhamento-dos-telejornais/>

para despertar emoção. E mesmo telejornais que não são sensacionalistas podem valer-se destas estratégias em algum momento de sua produção (Angrimani, 1995).

Isso porque na pauta sensacionalista estão os *fait-divers*, os fatos diversos que têm missão de atrair “por seu caráter excêntrico, absurdo, intenso, cômico, por envolverem celebridades, figuras públicas etc. Trata-se de histórias simples, curtas e curiosas, sem real relevância jornalística, mas que servem perfeitamente para despertar os mais diversos tipos de emoções no público” (ROMÃO, 2013, p.42) e algumas coberturas policiais encaixam-se neste âmbito.

O sensacionalismo, como exemplificado na introdução deste trabalho, virou substantivo recorrente nas opiniões de alguns críticos do atual panorama do telejornalismo português. O enquadramento do conceito no âmbito desta pesquisa é necessário, portanto, para ampliar a percepção sobre um gênero jornalístico que é, atualmente, objeto de cursos e disciplinas específicas em várias faculdades de Jornalismo no Brasil, mas que ainda é pouco estudado em Portugal: o *jornalismo policial*.

5. Jornalismo policial

Para teóricos do Brasil, país onde o gênero está consolidado não apenas como produto dos media, mas também como objeto de investigações e debates, o jornalismo policial é produto da modernidade: “as transformações no processo de produção no jornalismo no início do século XX favoreceram ao surgimento de uma modalidade no jornalismo que apelaria às sensações e sentidos do público” (TEIXEIRA *et al.* 2015, p. 1-2).

Pode-se utilizar a seguinte definição para uma primeira contextualização:

Denomina-se jornalismo policial a especialização do repórter nos fatos criminais, judiciais, de segurança pública e, como o nome sugere, em investigações policiais. As primeiras coberturas desta editoria surgiram em meados do século XIX, nos jornais sensacionalistas da Inglaterra e dos Estados Unidos. (MEDEIROS, ALVES, MENEZES, 2009, p. 6)

Embora a denominação “jornalismo policial” remeta diretamente a questões ligadas ao crime e segurança pública, estas não são as únicas temáticas que alimentam este gênero. Isso porque o jornalismo policial recorre ao sensacionalismo como um dos principais recursos para a construção das notícias (Romão, 2013). A justificativa está nos valores-notícia já

apresentados:

o privilégio dado às notícias negativas segue a regra, segundo a qual “as más notícias são boas notícias” e podemos apontar, pelo menos, quatro explicações para essa tendência: a) há uma assimetria básica entre o positivo, o que é demorado, e o negativo, mais fácil e rápido; b) as más notícias possuem uma menor ambiguidade, sendo mais simples obter consenso sobre o seu caráter noticioso; c) a construção jornalística sobre factos negativos encontrar maior consonância com algumas das pré-imagens contemporâneas; e 4) as notícias negativas são mais inesperadas, raras e imprevisíveis do que as positivas. (CRUZ, 2008, p. 167-168).

Assim, como constata David Romão (2013) em um estudo sobre os principais programas policiais da televisão no Brasil, também cabem no gênero coberturas de acidentes, incêndios, desastres naturais, problemas estruturais das cidades, situações que alteram o dia-a-dia da população, polêmicas envolvendo celebridades.

Além disso, a linguagem utilizada no Jornalismo Policial é outro elemento que o diferencia do jornalismo tradicional: trata-se de uma linguagem informal, muitas vezes se valendo de gírias, palavrões ou expressões coloquiais, que dão o tom de uma conversa direta com o telespectador. (ROMÃO, 2013, p. 34)

Alex Pacheco, em uma análise sobre os programas policiais brasileiros no rádio, reúne entrevistas com profissionais do segmento que definem que o “papel do jornalismo policial é buscar a notícia de forma objetiva e verdadeira (...) qualquer notícia é importante, pois toda sociedade gosta de ficar sabendo sobre um acidente e uma enchente ou fatos que envolvem o setor de segurança pública. (PACHECO, 2005, p.15).

Baseada nesta caracterização, a análise realizada neste estudo leva em conta as temáticas óbvias do gênero, como crime e segurança, mas também aquelas que se enquadram por suscitarem o apelo emocional, como acidentes e outros desastres. Também vale destacar que Portugal apresenta, desde 2008, redução de 21% no índice de criminalidade geral e de 32% na criminalidade violenta e grave, de acordo com Relatório Anual de Segurança Interna³², divulgado em março deste ano. A diminuição das ocorrências, naturalmente, interfere no número de notícias de crimes presentes nos alinhamentos dos telejornais, por isso ampliar a abrangência dos temas justifica-se e faz-se necessário à formação do *corpus* para a análise.

³² Relatório apresentado na Assembleia da República, disponível online em https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailActividadeParlamentar.aspx?BID=104739&ACT_TP=RSI

5.1 - Histórico em Portugal

Para ajudar a perceber um pouco deste cenário em Portugal, já que a bibliografia é escassa, realizaram-se entrevistas com três jornalistas de referência no seguimento: Carlos Narciso, Hernâni Carvalho e Miguel Fernandes³³.

Logo no ano seguinte ao de sua fundação, a SIC apostou em um programa exclusivo para tratar de questões de segurança. O *Casos de Polícia* estreou em 1993, com apresentação de Carlos Narciso, e foi o primeiro jornalístico do gênero no país. O programa “foi o precursor daquilo que hoje existe. Hoje, há noticiário policial em todos os telejornais, em todos os programas de informação de televisão, rádio, há jornais especializados nisso na imprensa escrita”, explica Narciso.

O *Casos de Polícia* era semanal, com uma hora e meia de duração no *prime time*, e contava com um quadro fixo de comentadores especializados para aprofundar os temas abordados nas reportagens.

A SIC tinha começado nessa época. Durante um ano, tivemos audiências miseráveis, tudo muito rasteiro, e, quando o *Casos de Polícia* começou, de repente, a audiência do *prime time* subiu para os dois dígitos. O programa foi líder de audiência nacional durante uns três anos. É por isso que hoje toda a gente replica esse tipo de reportagem. Deixou de ser um gênero pobre do jornalismo - era assim que era considerado nas redações. Aliás eu não fui a primeira escolha do diretor da SIC, fui a terceira ou quarta, porque as caras do canal não se queriam misturar naquilo, que era um gênero menor. Se fosse hoje, não teria havido nenhum problema em se arranjar um apresentador para o programa. - Carlos Narciso, em entrevista.

Antes do *Casos de Polícia*, não havia espaço para este tipo de cobertura na televisão. “Durante muito tempo em Portugal, o jornalismo que chamavam ‘de polícia’ era uma coisa menor. Portanto foi difícil mostrar um jornalismo normal, decente, mas especializado nessa área”, explica Hernâni Carvalho, atualmente na SIC, mas que foi responsável por outra grande mudança no jornalismo policial português em 2001, quando trabalhava na RTP. O *Histórias da Noite*, apresentado por Carvalho, foi o primeiro programa a conseguir autorização formal das autoridades para acompanhar o trabalho dos operacionais em terreno, durante as ocorrências. Passou-se, assim, para um modelo em que “o policial passa a ser um elemento ativo da reportagem, a ser ele que conta a história em conjunto com as pessoas que fazem parte da ocorrência”, explica Miguel Fernandes, atualmente jornalista da TVI, emissora que

³³ Ver perfis na página XI dos anexos.

também apostou no modelo liderado por Hernâni Carvalho e criou o *112*, apresentado por Alexandra Borges, que rivalizava com o *Histórias da Noite*. Entretanto, Fernandes contextualiza que este modelo desgastou-se, com alguma rejeição por parte dos órgãos de segurança, por causa de excessos cometidos pelos programas.

O final da primeira década dos anos 2000 marca um período em que, segundo Miguel Fernandes, peças policiais eram pontuadas dentro dos noticiários. Até que, em 2013, nasce a CMTV, que “vem mudar novamente o paradigma, em Portugal, da televisão, por que praticamente toda a informação é focada no crime, na segurança, no socorro”, explica Fernandes, que, nesta época, migrou da TVI após receber uma proposta para participar da implantação do novo canal.

Com a estrutura atual da televisão portuguesa, para Carlos Narciso:

as pessoas levam com aquela dose de inquietude que estas notícias trazem, as pessoas acham hoje que o país está horrível, que só há crime por todo lado, que podem levar uma facada ao virar a esquina, e é mentira. Portugal é um país tranquilo, mas há uma psicose em segurança que é muito alimentada pela televisão. - Carlos Narciso, em entrevista.

Fato que, para Hernâni Carvalho, justifica-se:

o crime, ou a justiça, são coisas que se cruzam, têm mais visibilidade hoje. Não é maior a prática criminal hoje comparativamente há 20 anos, tem é mais visibilidade, tem mais repercussão, e não só nas televisões, nos jornais, tem também nas redes sociais. (...) Porque alguém percebeu que o crime, como o desporto... o *voyeurismo* faz parte das pessoas, e não há jornalismo sem a necessidade de saber o que que está a acontecer noutro sítio. – Hernâni Carvalho, em entrevista.

Capítulo II - Enquadramento metodológico

1. Objetivos da pesquisa

Como referido na introdução deste trabalho, ao longo do último ano, as opiniões expressadas na comunicação social portuguesa relacionam a concorrência como fator decisivo para alterações nos alinhamentos e incremento das coberturas policiais nas televisões. Em um dos textos, publicado no jornal online ECO, o colunista Rui Calafate afirma que os principais canais portugueses seguem no caminho traçado pela líder de audiência³⁴, que vem sendo a CMTV, uma emissora que, como caracterizou o jornalista Miguel Fernandes em entrevista citada no ponto anterior, é focada na cobertura de crime, polícia e segurança.

A partir da discussão dos conceitos abordados no capítulo anterior, e motivado pelo sentimento exposto em opiniões na comunicação social, este trabalho pretende traçar aspectos do atual cenário do jornalismo policial na televisão em Portugal, analisando o horário nobre dos três principais canais generalistas: RTP 1, SIC e TVI. O objetivo é tentar responder à seguinte pergunta de partida: “quais as características da cobertura policial no telejornalismo português?”. Partindo deste questionamento, também pretende-se mapear a evolução deste tipo de cobertura, perceber se é um modelo fixo, se houve mudanças, e, caso sim, quais foram.

2. Metodologia aplicada

O método utilizado é a análise de conteúdo, em suas vertentes quantitativa e qualitativa. Esta técnica de pesquisa surge pela primeira vez aplicada à comunicação em um estudo publicado em 1893, no qual o autor demonstra que boatos, esportes e escândalos ganharam as páginas de jornais de Nova York entre os anos de 1881 e 1893 (Krippendorff, 1980). A primeira metade do século XX marca a consolidação da análise de conteúdo como “técnica predominantemente útil no estudo da comunicação social e da propaganda política e associada a objetivos pragmáticos e de intervenção” (Vala, 2014: 101). Neste contexto, o uso da análise de conteúdo cresceu levado pela proliferação de meios de comunicação de massa nos Estados Unidos, pelo surgimento de escolas de jornalismo e pela necessidade de entender a causa de problemas sociais e políticos que surgiram depois da crise de 1929, culpa que o

³⁴ Referência aos dados da GFK publicados na notícia: <http://www.sabado.pt/ultima-hora/detalhe/cmtv-cada-vez-mais-lider-de-audiencias>

senso comum impunha aos *mass media* (Krippendorff, 1980). A Segunda Guerra Mundial foi a responsável por impulsionar o método para a escala global, com as análises das propagandas veiculadas durante o período.

Uma das primeiras definições didáticas para a análise de conteúdo é a de Bernard Berelson, que diz que “Análise de conteúdo é a técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”³⁵ (Berelson, 1952: 18). As mesmas referências ao caráter de objetividade e de sistematicidade são mantidas por Holsti e Stone (1966), quando dizem que “análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que permite fazer inferências identificando, sistematica e objetivamente, características específicas dentro de um texto”³⁶ (Stone et al., 1966:5 *apud* Krippendorff, 1980, p. 23).

Holsti e Stone já chegavam um pouco mais perto do que seria a definição proposta por Klaus Krippendorff (1980), que exclui a ênfase na quantificação presente no conceito de análise de conteúdo de Berelson. Para Krippendorff, “análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa para fazer inferências replicáveis e válidas dos dados para o seu próprio contexto”³⁷ (Krippendorff, 1980: 21). A principal crítica de Krippendorff à definição de Berelson é a de que:

não deixa claro o que “conteúdo” significa ou o qual deveria ser o objeto da análise. Para alguns pesquisadores, “análise de conteúdo” parece não significar nada mais do que contar qualidades (palavras, atributos, cores). Para outros, o uso do termo sugere um método para “extração” de conteúdo dos dados, como se o conteúdo estivesse objetivamente “contido” nos dados. Nenhum vai ao centro do problema da análise de conteúdo³⁸ (Krippendorff, 1980: 22).

Com relação à definição de Holsti e Stone, Krippendorff afirma que, embora a inferência já seja colocada como uma questão central para a análise de conteúdo, os dois autores ainda não deixam clara a importância de se relacionar a classificação, categorização e frequência dos dados com outros fenômenos, ponto necessário para que os resultados tenham validade empírica. Por isso, Krippendorff defende que qualquer tipo de análise de conteúdo deve ser realizado dentro do contexto dos dados estudados. Jorge Vala (2014) ressalta que a análise de conteúdo não pode ficar restrita à descrição. “A finalidade da análise de conteúdo

³⁵ Livre tradução.

³⁶ Livre tradução.

³⁷ Livre tradução.

³⁸ Livre tradução.

será pois efectuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (Vala, 2014: 104).

Para Quivy e Campenhoudt (2005), todos os métodos de análise de conteúdo:

obrigam o investigador a manter uma grande distância em relação a interpretações espontâneas e, em particular, às suas próprias. Com efeito, não se trata de utilizar as suas próprias referências ideológicas ou normativas para julgar as dos outros, mas sim de analisá-las a partir de critérios que incidem mais sobre a organização interna do discurso do que sobre o seu conteúdo explícito (Quivy e Campenhoudt, 2005: 230).

2.1 - Definição da amostra

As técnicas de amostragem para a análise de conteúdo devem ajudar o pesquisador a garantir uma amostra representativa e sem vieses que influenciem a análise (Krippendorff, 1980). Entretanto, quando se trata de publicações regulares, também deve ser levada em conta a capacidade do pesquisador de lidar com a quantidade de material. É o caso do *Telejornal*, do *Jornal da Noite* e do *Jornal das 8*, que formam a faixa das 20 horas da RTP 1, SIC e TVI respectivamente, têm mais de uma hora de duração e são exibidos diariamente.

Desta forma, aplica-se para a seleção da amostra a estratégia da “semana artificial” de Martin Bauer (2000), que serve para garantir uma amostra variada, com distribuição equitativa de dias da semana e “é considerada confiável porque seleciona cada dia da semana de uma semana distinta” (Herscovitz, 2008, p. 131). A seleção também segue a estratégia de Nuno Goulart Brandão (2005), ao centrar-se na primeira semana útil de cada mês, excluindo-se as edições de sábado e domingo “por possuírem especificidades próprias” (Brandão, 2005, p. 153). Para formar um *corpus* consistente para a percepção das características evolutivas das coberturas policiais, estabeleceu-se o período de cinco anos. Assim, selecionou-se: a 1ª segunda-feira do mês de Janeiro, a 1ª terça-feira de Março, a 1ª quarta-feira de Junho, a 1ª quinta-feira de Setembro e a 1ª sexta-feira de Novembro dos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 do *Telejornal*, *Jornal da Noite* e *Jornal das 8*, formando uma amostra com 25 edições de cada jornal, 75 no total.

2.2 - Referencial de codificação

Segundo Jorge Vala,

a classificação, a categorização, é uma tarefa que realizamos quotidianamente com vista a reduzir a complexidade do meio ambiente, estabilizá-lo, identificá-lo, ordená-lo ou atribuir-lhe

sentido. A prática da análise de conteúdo baseia-se nesta elementar operação do nosso quotidiano e, tal como ela, visa *simplificar* para potenciar a apreensão e se possível a explicação (Vala, 2014, p. 110).

Foram definidas sete variáveis para a realização desta análise:

1) Tema: a categorização temática das notícias segue o *IPTC Newscodes*³⁹, ferramenta que dispõe de categorias pré-estabelecidas para indexação de conteúdos através de temas, que possui mais de 50 membros entre companhias, organizações e associações da indústria da informação em todo o mundo e também é utilizada pelo Barómetro de Notícias do ISCTE-IUL. O *IPTC Newscodes* oferece, na sua versão em português, dezessete *media topics* primários que, por sua vez, ramificam-se. Entre os primários, de acordo com a pertinência para esta pesquisa, foram selecionados apenas “crime, lei e justiça” e “acidentes e desastres”. Na primeira, encontramos as seguintes subcategorias: crime, judicial (sistema de justiça), polícia, punição/sentença, prisão, leis, justiça e direitos, julgamentos, acusação, crime organizado, lei internacional, crime económico, crime de guerra, investigação, inquérito, tribunal. Em “acidentes e desastres”, seguem-se as seguintes ramificações: seca, sismo, fome, incêndios, inundações, acidente industrial, desastres meteorológicos, acidente nuclear, poluição, acidentes de transportes, erupção vulcânica, organizações de socorro, acidente (geral), caso de emergência, desastre (geral), planos de emergência, salvamento/busca. Algumas destas subcategorias possuem outras ramificações, que são oportunamente expostas mais à frente.

2) Formato: os gêneros encontrados correspondem às definições brasileiras de Guilherme Jorge de Rezende (2009), mas são utilizados, em alguns casos em que há diferença entre os países, os termos adotados na prática das redações portuguesas, observados durante estágio da autora realizado na TVI.

- Off (nota coberta): forma mais simples de apresentação da notícia. Texto lido pelo pivô, com imagens exibidas sobre a narração.

- Peça (notícia): combinação de narração do jornalista com entrevistas, imagens. Relato mais completo do que o off.

- Reportagem: uma peça com mais profundidade nas informações e presença física do jornalista.

³⁹ Disponível online em: <http://show.newscodes.org/index.html?newscodes=subj&lang=pt-PT&startTo>Show>

- Direto (ao vivo): relato feito pelo jornalista no momento, sozinho ou com entrevistados, através de um link.

3) Alinhamento: posicionamento das notícias na primeira ou na segunda parte do jornal.

4) Duração: depois de um primeiro escrutínio dos jornais, estabeleceu-se a seguinte divisão: notícias com até 1 minuto de duração, até 2, até 3 e mais de 3 minutos.

5) Destaque: a forma de chamar a atenção para a notícia. Foram considerados destaques na abertura do jornal e em *teasers*, chamadas curtas que pretendem fazer o telespectador esperar para ver em outro momento ao longo da edição do jornal.

6) Localização geográfica: fato ocorrido dentro do território de Portugal (nacional) ou fora (internacional).

7) Fontes: de acordo com a classificação das fontes de Aldo Antonio Schmitz (2011), foram adotadas as definições de fontes relativas a: - categoria: primária, que possui ligação direta com o fato e fornece o essencial da informação, e secundária, que contextualiza e complementa e - grupo: oficial, empresarial, institucional, individual, testemunhal, especializada e referência.

Para Quivy e Campenhoudt, a análise de conteúdo “permite, quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 227).

Porém, o método também tem limitações. O resultado só poderá ser tão bom quanto os documentos analisados o forem. Por isso, é preciso sempre dar prioridade a uma análise realizada sobre fontes autênticas, credíveis e representativas (Bryman, 2008). Herscovitz ressalta que a análise de conteúdo “limita-se às informações previamente registradas pelos meios de comunicação e, portanto, não pode analisar o que está ausente. Está sujeita a produzir interpretações errôneas e simplistas, principalmente quando se apóia apenas na contagem de palavras por computador” (Herscovitz, 2008, p. 139).

Pesquisas realizadas com análise de conteúdo podem ser taxadas como trabalhos sem teoria. De acordo com Bryman:

É fácil ver onde uma abordagem ateórica pode surgir. A ênfase da análise de conteúdo na medição pode facilmente e inadvertidamente resultar em um reforço sendo colocado sobre o que é mensurável ao invés do que é teoricamente significativo ou importante⁴⁰ (Bryman, 2008, p. 291).

Para o jornalismo, a análise de conteúdo tem se mostrado um método eficaz pela sua “excelente capacidade de fazer inferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado” (Herscovitz, 2008: 123). Herscovitz destaca que a tendência atual da análise de conteúdo tem sido a de integrar o conteúdo manifesto e o que está oculto ou subentendido em um mesmo estudo, para que o pesquisador compreenda não somente o significado aparente, mas também “o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido” (Herscovitz, 2008: 126). O que a autora defende é que questões que inicialmente foram pensadas para a propaganda, na primeira metade do século XX, quando a análise de conteúdo começou a ser mais empregada, hoje, aplicadas ao jornalismo, resultam na descoberta de “o que diz a mídia, para quem, em que medida e com que efeito?” (Herscovitz, 2008: 127).

Especificamente para este estudo, a análise de conteúdo se mostra adequada pelo seu caráter extensivo, uma vez que irá incidir sobre uma vasta quantidade de material a ser analisado. Em segundo lugar, porque permitirá a realização de inferências sobre o atual cenário do jornalismo policial na televisão em Portugal e sobre qual o tipo de estratégias que tem sido adotado pelas emissoras. Os resultados também vão favorecer a criação de um perfil do modelo que cada jornal tem seguido, a percepção das temáticas que são mais recorrentes e o tipo de destaque que é dado a cada um. Pretende-se que as conclusões constituam um contributo para o traçar do estado da arte sobre jornalismo televisivo em Portugal.

⁴⁰ Livre tradução.

Capítulo III - Análise dos resultados

Notícias relacionadas à *crime, lei e justiça* e *acidentes e desastres* representam 17% do total da pauta dos noticiários do horário nobre da televisão generalista em Portugal. A amostra selecionada - 75 edições do *Telejornal*, do *Jornal da Noite* e do *Jornal das 8* do ano de 2012 a 2016 - resultou na análise de 1963 notícias produzidas pelos três informativos, em que 332 foram categorizadas dentro das duas temáticas do *IPTC Newscode*. 72,9% delas foram notícias de *crime, lei e justiça* e 27,1% relacionadas a *acidentes e desastres*.

O escrutínio das notícias categorizadas mostra que, em números absolutos, a TVI é o canal que mais abre espaço para este tipo de cobertura atualmente. Ao longo dos últimos cinco anos, a emissora ultrapassou a SIC, que, por sua vez, apresentou uma redução de mais de 48% em 2016 quando comparado ao número exibido em 2012, chegando a ter menos registos do que a RTP 1, canal que manteve-se sempre abaixo dos outros dois generalistas, no ano passado.

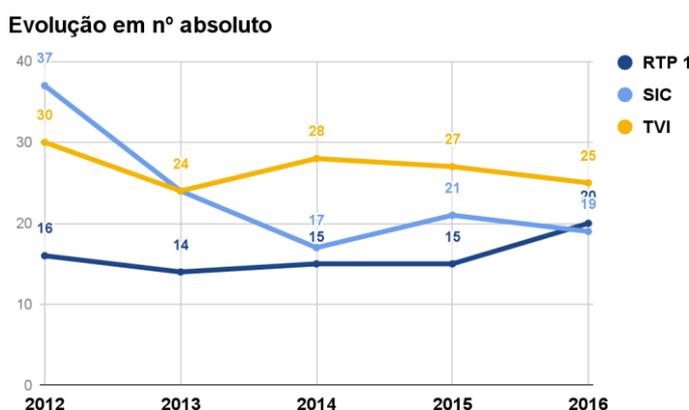


Figura 3.1

A análise dos números absolutos no contexto do alinhamento de cada edição confirma a tendência de liderança da TVI e redução da SIC. Em 2012, mais de 25% das notícias presentes no *Jornal da Noite* foram cobertura policial. Em 2016, o número caiu para 13,8%. Já o *Jornal das 8*, embora não tenha apresentado uma evolução sempre crescente, assumiu o primeiro lugar desde 2013.

A pauta policial representa, nos últimos cinco anos, 19% do alinhamento do *Jornal das 8*, 17% do *Jornal da Noite* e 14% do *Telejornal*. Vale destacar que a RTP 1 teve seu ano “mais violento” em 2016, com quase 17% do alinhamento do *Telejornal* dedicado à pauta policial.

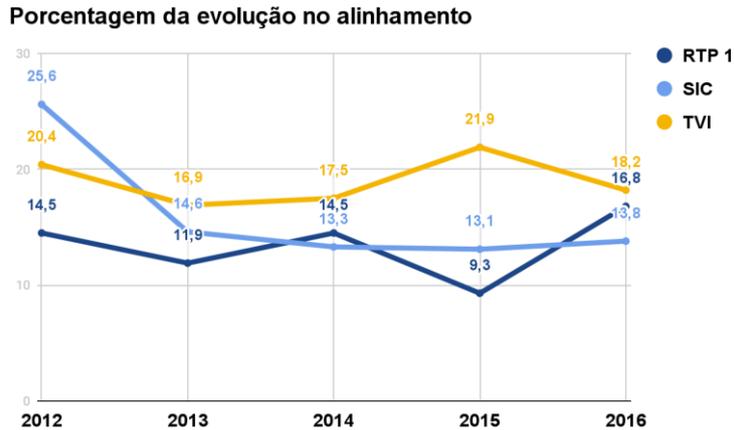


Figura 3.2

1. Temas

Das 16 subcategorias de *crime, lei e justiça*, 12 foram identificadas na análise. Já das 17 de *acidentes e desastres*, 10 estão presentes. O escrutínio das notícias categorizadas mostra uma uniformização com relação aos temas mais noticiados. Embora a preponderância seja na TVI, com 27,6% das notícias, o *crime* aparece em primeiro lugar nos três canais. Seguem-se a SIC, com 22,8% da cobertura dirigidos a este tema e a RTP 1, com 17,5%.

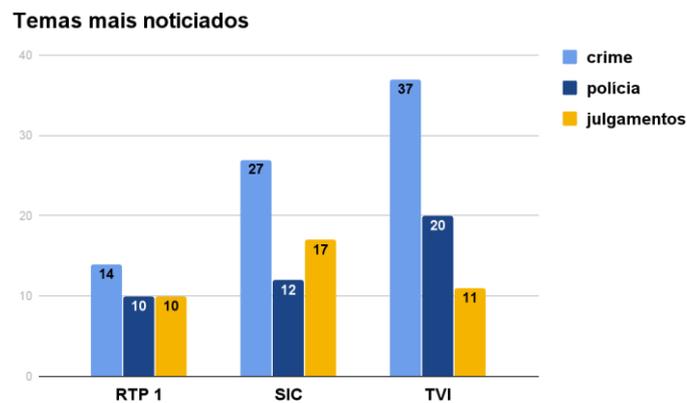


Figura 3.3

A variedade de crimes noticiados é a mesma na SIC e na TVI, com diferença apenas em uma subcategoria. Na SIC, foram noticiados homicídios, roubos, tráfico de drogas, crimes sexuais, assaltos, raptos, fogo posto e terrorismo. Na TVI, as mesmas, com exceção de fogo posto e acréscimo de crime cometido por gangues. Na RTP 1, foram identificados homicídios, roubos, assaltos, crimes sexuais, crimes cometidos por gangues e terrorismo.

Os homicídios representam a maior parte da cobertura de *crime* da RTP 1, representando 35,7% das notícias. Mesma situação na TVI, com 32,4%. Já a SIC dá mais espaço para roubos, 29,6%.

Nota-se que a construção deste tipo de notícias recorre, muitas vezes, a elementos apelativos, como imagens recolhidas de câmaras de vigilância que flagram as ações. Elementos que são destacados logo de início, como no caso de um assalto a uma ourivesaria na Guarda noticiado pelo *Jornal da Noite* no dia 6 de Março de 2012. “A PJ está a investigar o assalto a uma ourivesaria na Guarda. As imagens que as câmaras de videovigilância captaram não permitem grandes conclusões”. O apresentador introduz a peça mostrando que nela há um elemento diretamente ligado ao fato, o que pode despertar mais interesse nos telespectadores.

2. Formato das notícias

O perfil dos formatos mais utilizados foi basicamente o mesmo ao longo dos últimos cinco anos e a *peça* é o preferido pelos três canais. 77,1% de todas as notícias categorizadas foram apresentadas ao público desta forma. A *peça* é um formato mais prático em termos de construção de uma notícia completa, com mais abrangência de informações do que permite um *off*, mas ainda sem a necessidade de aprofundamento que requer uma *reportagem*. Assim, favorece a contemplação de uma maior variedade de temas dentro do alinhamento dos jornais.

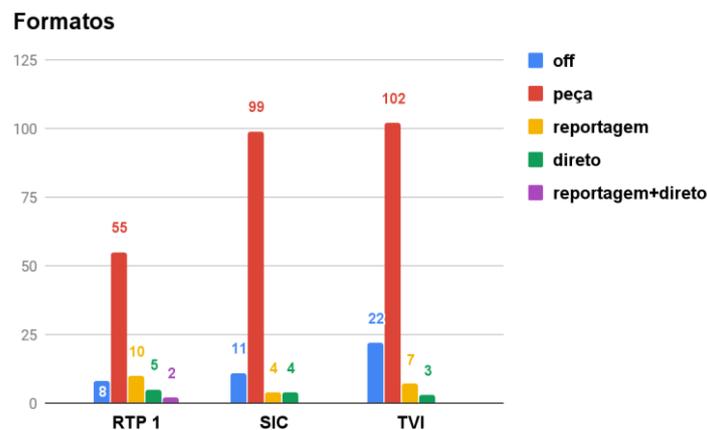


Figura 3.4

A RTP 1, embora seja a emissora com menor cobertura policial, é a que mais investe em *reportagens* e *diretos*, com 21,2% dos temas apresentados nestes gêneros, o que sinaliza uma valorização do aprofundamento dos assuntos. Geralmente, são casos em desenvolvimento, com impacto na sociedade, de grande repercussão, como o desaparecimento de Maddie MccCann⁴¹. No dia 4 de Junho de 2014, quando começaram escavações na Praia da Luz como parte das investigações, o canal do serviço público combinou reportagem e direto para cobrir as atividades.

Investigações policiais e homicídios dominaram 26% do total de reportagens e incêndios representaram 42,8% dos diretos realizados pelos três canais.

3. Alinhamento

Embora seja a emissora com maior espaço para coberturas policiais, a TVI é a única que concentra a maioria deste tipo de notícias no segundo bloco de seu telejornal, com 77,6% delas sendo exibidas depois do primeiro intervalo comercial. No entanto, o *Jornal das 8* é o que mais abre a edição com notícias policiais, com 20% das pautas alinhadas no primeiro bloco sendo, também, as de abertura do dia.

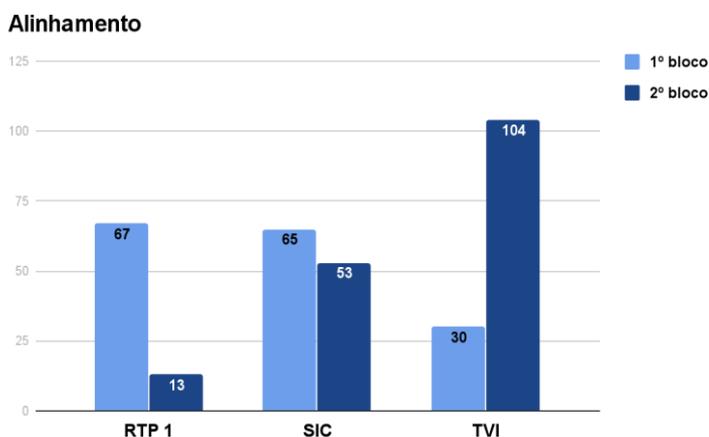


Figura 3.5

Do outro lado, a RTP 1, com a menor presença de cobertura policial, é a emissora que mais concentra as notícias de *crime, lei e justiça* e *acidentes e desastres* no primeiro bloco,

⁴¹ Menina britânica que desapareceu no dia 3 de Maio de 2007, na Praia da Luz, em Portugal, durante viagem de férias da família. Maddie, até hoje, não foi encontrada.

chegando a ter 100% delas alinhadas antes do principal intervalo comercial em 2012 e 95% em 2016.

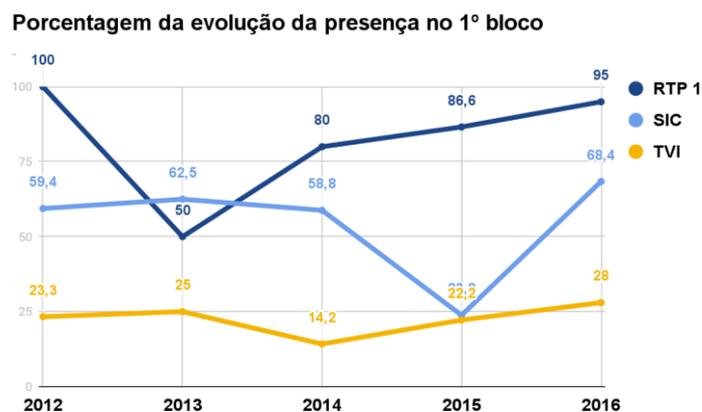


Figura 3.6

Os temas que mais recebem destaque em peças de abertura das edições dos três jornais são *incêndios*, *acidentes (gerais)* e *punições/sentenças*. Em geral, os temas mais alinhados na primeira metade dos jornais são *crimes*, *polícia* e *juízos*.

4. Duração

A maioria das notícias da cobertura policial dos três canais generalistas divide-se entre matérias com *até 2* e com *até 3* minutos de duração.

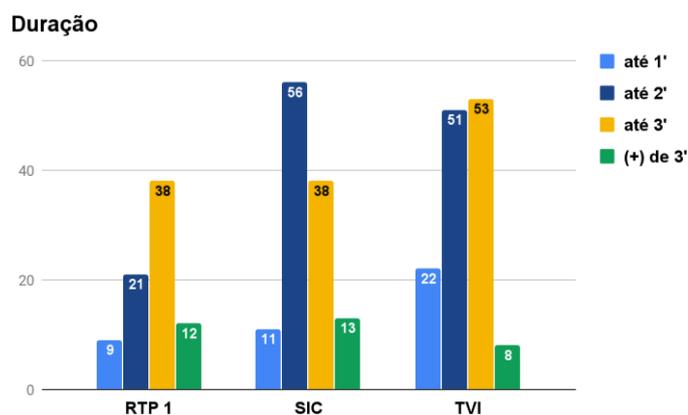


Figura 3.7

Embora, em números absolutos, a TVI tenha apresentado a maior quantidade de notícias com até 3 minutos, no contexto total é a RTP 1 o canal que mais aposta neste

tamanho, com 47,5% das matérias policiais tendo esta duração. Como referido na análise dos formatos, a emissora pública é a que mais investe em reportagens e diretos, gêneros que tendem a ter uma maior duração.

Quando se trata dos temas que são mais explorados em matérias de maior duração, crime, polícia e incêndio aparecem em comum entre os três canais. São assuntos que, geralmente, permitem aos jornalistas tecer a narrativa com detalhes e explorar bastante o testemunho dos envolvidos no fato, como neste exemplo do dia 4 de Novembro de 2016 no *Jornal das 8*, que noticiou a detenção de dois homens suspeitos de rapto. Dos 2 minutos e 13 segundos da peça, 1 minuto foi de depoimento do irmão da vítima.

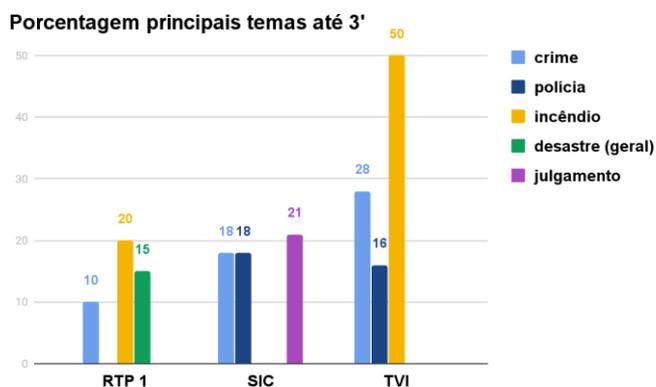


Figura 3.8

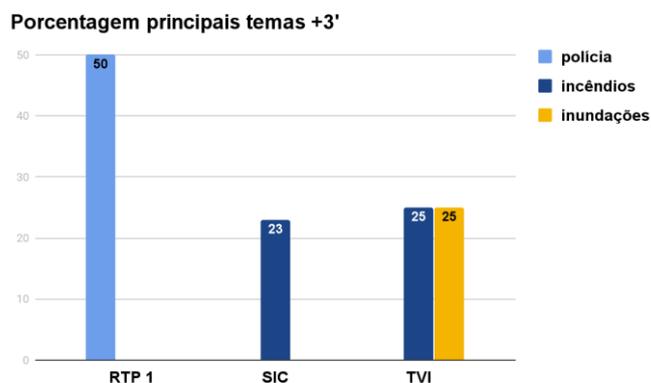


Figura 3.9

5. Destaque

A SIC é o canal que mais dá destaque à cobertura policial, seja na abertura do jornal ou em *teasers* ao longo da edição. Nos últimos cinco anos, as notícias sobre *crime, lei e justiça* e *acidentes e desastres* representaram 3,3% de todos os destaques feitos no *Jornal da Noite*, 2,8% no *Telejornal* e 2,2% no *Jornal das 8*.

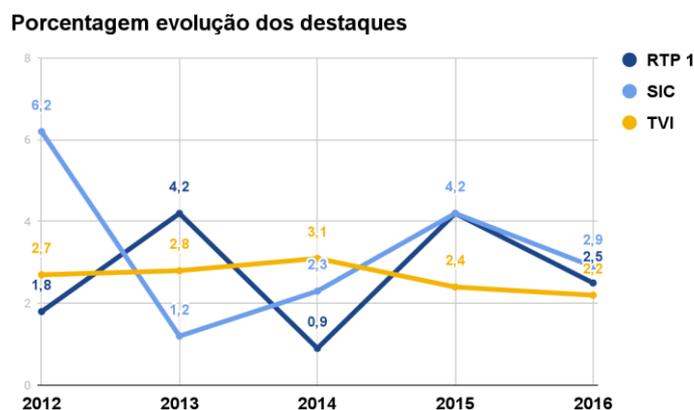


Figura 3.10

Entretanto, é curioso ressaltar que 2013, ano em que o *Jornal da Noite* teve a maior quantidade de notícias totais (todas as temáticas) nos alinhamentos, foi o ano com menos presença de pautas policiais nos destaques do jornal.

Entre os temas mais destacados nas manchetes de abertura no *Telejornal* estão *acusação e punição/sentença*, no *Jornal da Noite* são *incêndio, inundação, desastre (geral)* e *polícia*, e no *Jornal das 8* encontram-se *juízos e desastre (geral)*. Já em *teasers*, na RTP1 o *crime* é o tema mais destacado, na SIC são *polícia e incêndio*, e na TVI vê-se *crime e polícia*. O *teaser* assume um papel mais relevante na RTP 1, que teve 6,2% da cobertura policial destacada desta forma.

Só foram encontradas três situações em que as mesmas notícias foram destacadas nas aberturas de todos os telejornais. No dia 6 de Junho de 2012, a morte de dois irmãos portugueses durante uma expedição de motos em Marrocos; no dia 5 de setembro de 2013, a morte de um bombeiro de Valença em decorrência de ferimentos do combate ao incêndio na cidade; e no dia 3 de Setembro de 2015, a morte do menino sírio Aylan numa praia da Turquia. Embora não haja um tema que seja comum aos três canais, e nem uma uniformidade na escolha dos casos destacados em geral, percebe-se que os valores-notícia *morte e personalização* constituem uma aposta na busca pela atenção do telespectador.

6. Localização

A maioria da cobertura policial dos três canais é de casos que ocorrem dentro do território de Portugal. As notícias internacionais são mais presentes na RTP 1, representando

35% da cobertura policial do *Telejornal*. Também foram contabilizadas notícias de fora do âmbito geográfico de Portugal, mas com envolvimento de portugueses. Casos como o da morte dos dois irmãos em expedição de motos em Marrocos, e detalhes sobre o julgamento de Renato Seabra, nos Estados Unidos, pelo homicídio de Carlos Castro, noticiados pelo *Jornal das 8* em 2 de Novembro de 2012.

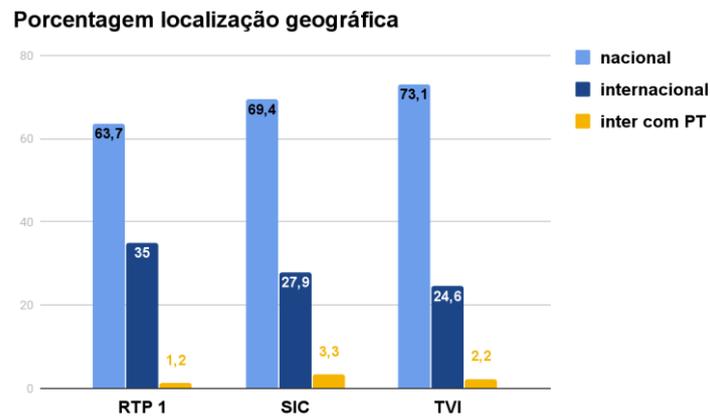


Figura 3.11

SIC e TVI apresentam o mesmo total, em números absolutos, de notícias internacionais, e o mesmo cenário de queda, ao longo dos últimos anos, na presença de notícias de fora do âmbito geográfico nacional nos alinhamentos de seus telejornais.

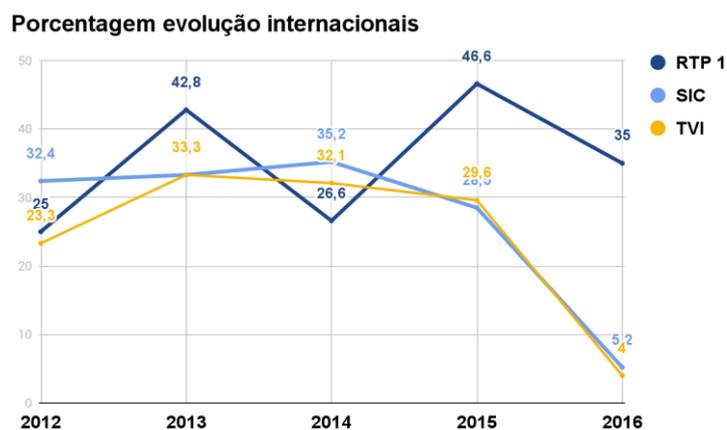


Figura 3.12

7. Fontes

As fontes de informação foram contabilizadas em função do número de vezes em que são utilizadas, e não pela quantidade de fontes utilizada, e tanto em casos em que apenas são mencionadas pelos jornalistas, quanto quando aparecem como entrevistadas.

De acordo com a categoria, as fontes *primárias*, aquelas que têm ligação direta com o fato noticiado, são as mais utilizadas pelos três canais para construir as narrativas. Estiveram presentes em 85% da cobertura policial da RTP 1 e TVI e em 67,7% da SIC.

Com relação ao grupo, foram identificados seis dos sete tipos propostos por Schmitz (2011), com prevalência do uso das fontes *oficiais*, como as polícias e representantes do sistema de justiça, e das *testemunhais* nos três telejornais. Nota-se que todos utilizam, muitas vezes, combinações de grupos para sustentar a notícia. Quem mais insere as fontes oficiais é a RTP 1. As fontes testemunhais fazem-se mais presentes na TVI, onde nota-se a valorização de depoimentos emocionados, indignados, por vezes recolhidos logo depois do acontecimento, como é frequentemente visto em matérias sobre incêndios e desastres naturais.

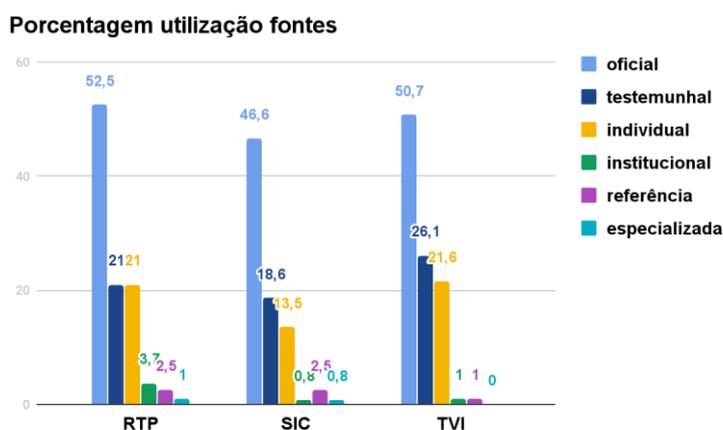


Figura 3.13

Também considerou-se casos em que não houve referência a nenhuma fonte. Nestas circunstâncias, o jornalista limita-se a narrar o que aconteceu e, por vezes, a emissora assume a responsabilidade pela informação, com a utilização de frases como “a TVI sabe que...” ou “pelo que a SIC apurou...”. Notícias sem referência à fontes representaram 28,8% da cobertura policial da SIC, 16,2% da RTP 1 e 13,4% da TVI.

Conclusão

A análise realizada neste trabalho permite concluir que não existe um cenário evolutivo crescente com relação às coberturas policiais nos telejornais do horário nobre dos principais canais generalistas da televisão em Portugal. RTP 1, SIC e TVI mostram-se estabilizados quando se trata do número de notícias de *crime, lei e justiça* e *acidentes e desastres* presentes nos alinhamentos, com oscilações não significativas nos últimos cinco anos. Entretanto, como contextualiza Nuno Goulart Brandão, “as notícias negativas são uma realidade nos noticiários televisivos, indo ao encontro de ‘valores-notícia’ e de critérios (...) capazes de garantir uma melhor satisfação do público e de aumentar as audiências (Correia, 200:147)” (BRANDÃO, 2005, p. 112).

A amostra selecionada - 75 edições do *Telejornal*, do *Jornal da Noite* e do *Jornal das 8* do ano de 2012 a 2016 – permite constatar que, na realidade, houve diminuição da cobertura policial no *Jornal da Noite*. A SIC mostra redução de 48% em 2016 com relação ao número de 2012 e, no ano passado, teve menos registos do que a RTP 1, canal que sempre esteve abaixo dos outros dois generalistas.

A pergunta de partida deste estudo - “quais as características da cobertura policial no telejornalismo português?” – tem como resposta alguns pontos em comum aos três canais. *Telejornal*, *Jornal da Noite* e *Jornal das 8* apostam no *crime* como carro chefe da cobertura policial, resultado que confirma a relevância desta temática como valor-notícia, como refere Cristina Penedo, o elevado grau de noticiabilidade das ocorrências criminais é por, geralmente, conterem “violência, ruptura com a ordem social e imprevisibilidade, esta última característica já salientada como um dos principais valores-notícia. (PENEDO, 2003, p.41)

Os três telejornais também priorizam a cobertura de casos ocorridos dentro do território de Portugal, o que demonstra a força do valor-notícia de *proximidade*, e utilizam combinações entre categorias e grupos diversos de fontes para construir as narrativas.

No entanto, a análise também permite identificar estratégias diferentes entre os três telejornais para atrair o telespectador. Na RTP 1, sobressaem os formatos mais aprofundados de notícias, como a reportagem e o direto, que, conseqüentemente, fazem com que a emissora seja a que mais investe em matérias de maior duração.

Já a SIC, mesmo com a redução da presença de notícias policiais, aposta em destaques das pautas na abertura e ao longo da edição do *Jornal da Noite*. Esta característica estará

diretamente relacionada à preocupação com a audiência, já que os destaques têm a função de fisgar a atenção dos telespectadores e fazê-los esperar para assistir determinada matéria.

A TVI, que, por esta análise, sagra-se como o canal que mais abre espaço para cobertura policial em seu telejornal, dá ênfase ao discurso das fontes testemunhais, que estão diretamente ligadas à notícia, para construir narrativas atrativas, com apelo ao lado emocional de quem assiste.

Os resultados desta análise não confirmam completamente o sentimento do senso comum de que a televisão está tomada por crime e polícia, mas é preciso observar que a investigação é focada em um horário específico. Dessa forma, a metodologia encontra espaço para ser replicada no futuro. A partir daqui, está aberto o caminho para análises que envolvam os telejornais da faixa das 13 horas e, importante ressaltar, os programas de entretenimento das manhãs. Estes programas ganharam, nos últimos anos, espaços fixos de crônicas criminais, com comentadores especializados, que, segundo explicou durante a entrevista o jornalista e comentador do *Queridas Manhãs*, da SIC, Hernâni Carvalho, chegam a dobrar as audiências das emissoras.

Também vale destacar que, no último mês, as grelhas de programação de SIC e da TVI foram reforçadas com programas policiais. Na emissora de Carnaxide, Hernâni Carvalho apresenta agora o diário *Linha Aberta*, onde debate temas polêmicos da atualidade criminal. A estação de Queluz de Baixo passou a transmitir, logo após ao *Jornal da Uma*, o *SOS 24*, programa que já estava no ar na TVI 24 desde o ano passado, que tem Miguel Fernandes na apresentação.

A pesquisa também fica como referência para o monitoramento do cenário das coberturas policiais nos próximos anos. De acordo com Nuno Goulart Brandão, “a televisão é uma das principais fontes para a construção da realidade social e por isso, mais do que ser uma janela aberta para o mundo, funciona como espelho da nossa existência quotidiana” (BRANDÃO, 2005, p. 219). Assim, faz-se necessário acompanhar esta evolução para perceber o que estará a ser refletido para as próximas gerações.

Bibliografia

- Angrimani Sobrinho, Danilo (1995), *Espreme que Sai Sangue*, São Paulo, Sumus.
- Barreiros, José Jorge (2010), *Públicos, Media e Vida Pública - Uso e opinião sobre media e informação em Portugal, na 1ª década do século XXI*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Departamento de Sociologia, ISCTE.
- Bauer, Martim W. e George Gaskell (2008), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*, Petrópolis, Editora Vozes (7ª edição).
- Berelson, Bernard (1952), *Content Analysis in Communication Research*, Nova York, Free Press, disponível online em http://pubman.mpg.de/pubman/item/escidoc:2281462/component/escidoc:2283003/Berelson_1952_content_analysis.pdf
- Brandão, Nuno Goulart (2005), *Prime Time – do que falam as notícias dos telejornais*, Lisboa, Casa das Letras.
- Bryman, Alan (2008), *Social Research Methods*, Oxford, Oxford University Press (3ª edição).
- Cruz, Carla (2008), *A Telerealidade – uma abordagem hermenêutica da construção social da realidade pela informação televisiva da actualidade*, Lisboa, Europam.
- Duarte, Carlos (1994), *Audimetria - Problemas qualitativos na medição de comportamentos de consumo*, Trabalho apresentado no âmbito do Mestrado em Estatística e Gestão de Informação, ISEGI, disponível online em <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7588/1/WP0016.pdf>
- Fernandes, Ana Paula (2001), *Televisão do público - um estudo sobre a realidade portuguesa (1993-1997)*, Coimbra, Edições MinervaCoimbra.
- Hartley, John (2002), *Communication, Cultural and Media Studies - The Key Concepts*, Londres, Routledge (3ª edição), disponível online em <http://library.uniteddiversity.coop/Media and Free Culture/Communication Culture and Media Studies-John Hartley.pdf>
- Herscovitz, Heloiza Golbspan (2008), “Análise de conteúdo em jornalismo”, em Cláudia Lago e Márcia Benetti (orgs), *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*, Petrópolis, Editora Vozes (2ª edição).
- Krippendorff, Klaus (1980), *Content Analysis, An Introduction to Its Methodology*, California, Sage Publications Inc.
- McQuail, Denis (1997), *Audience Analysis*, California, SAGE Publications, Inc.
- Medeiros, Clarissa Pipi de, Gilson Alves e Matheus Rivé Boia Menezes (2009), “Jornalismo investigativo e Policial: os bastidores da produção jornalística de assassinatos em série e crimes que abalaram a sociedade”, *Revista Anagrama* (online), 2, disponível em <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35421/38140>
- Pacheco, Alex Rômulo (2005), *Jornalismo Policial Responsável*, monografia apresentada como requisito para a obtenção do grau de Jornalista pela Universidade do Contestado – UnC, disponível online em <http://www.bocc.uff.br/pag/pacheco-alex-jornalismo-policial-responsavel.pdf>
- Penedo, Cristina Carmona (2003), *O Crime nos Media – o que nos dizem as notícias quando nos falam de crime*, Lisboa, Livros Horizonte.

Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, (4ª edição) (Edição original, 1995).

Rezende, Guilherme Jorge de (2000), *Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial*, São Paulo, Sumus, disponível online em <https://goo.gl/XD21Gi>

Rezende, Guilherme Jorge de (2009), Gêneros e Formatos Jornalísticos na Televisão Brasileira, apresentado no XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 4 a 7 de Setembro de 2009, Curitiba, disponível online em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2902-1.pdf>

Romão, Davi Mamblona Marques (2013). *Jornalismo policial: indústria cultural e violência*, São Paulo, Dissertação Mestrado Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Schmitz, Aldo Antonio (2011), *Classificação das Fontes de Notícias*, Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>

Sena, Nilza Mouzinho de (2011), *A Televisão por Dentro e por Fora*, Coimbra, Minerva Coimbra.

Tarde, Gabriel (2005), *A Opinião e as Massas*, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda., (2ª edição) (Edição original 1992), disponível online em <https://www.scribd.com/doc/251478406/Gabriel-Tarde-A-Opinioe-e-as-Massas-pdf>

Teixeira, Will Montenegro *et al.* (2015), Jornalismo e violência: uma análise da cobertura de linchamento do jornal O Liberal de 2008 a 2012, trabalho apresentado no GT de História da Mídia Impressa no 10º Encontro Nacional de História da Mídia, Junho de 2015, Porto Alegre.

Traquina, Nelson (2002), *Jornalismo*, Quimera.

Vala, Jorge (2014), “A análise de conteúdo”, em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento (16ª edição).

Vianna, Ruth Penha Alves (2003), *História comparada do telejornalismo: Brasil/Espanha*, comunicação apresentada no 1º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Midia Brasileira: Dois Séculos de História, Maio de 2003, Rio de Janeiro.

Wolf, Mauro (2006), *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença (9ª edição).

Quadro 1.2 - Formato das notícias em 2012.

	RTP 1	SIC	TVI
Off	-	4	5
Peça	11	31	24
Reportagem	3	1	-
Direto	2	1	1

Quadro 1.4 - Posição das notícias no alinhamento em 2012.

	RTP 1	SIC	TVI
1º bloco - 1ª peça	1	1	2
1º bloco	15	21	5
2º bloco	-	15	23

Quadro 1.6 - Tempo de duração das notícias em 2012.

	RTP 1	SIC	TVI
Até 1 minuto	-	4	5
Até 2 minutos	4	20	7
Até 3 minutos	10	12	15
Mais de 3 minutos	2	1	3

Quadro 1.3 - Número de notícias com destaque em 2012.

	RTP 1	SIC	TVI
Na abertura	1	8	3
Em teasers	1	1	1

Quadro 1.5 - Localização geográfica das notícias em 2012.

	RTP 1	SIC	TVI
Nacional	12	24	21
Internacional	4	12	7
Inter - com português	-	1	2

Quadro 1.7 - frequência do uso de fontes de informação em 2012.

	RTP 1	SIC	TVI
Primária	14	25	26
Secundária	-	1	-
Oficial	8	17	16
Institucional	-	1	-
Individual	2	-	3
Testemunhal	5	7	4
Especializada	-	1	-
Não referenciada	2	11	4

2. Indicadores relativos ao ano de 2013.

Quadro 2.1.1 - Categorias temáticas na RTP 1 em 2013.

Crime, lei e justiça - 10	Acidentes e desastres - 4
Crime homicídio - 1 crimes sexuais - 1 gangues - 1 Polícia forças policiais - 2 Punição/sentença* - 1 Julgamentos processos preliminares - 1 Acusação réu - 2 Crime econômico corrupção - 1	Incêndios - 2 Acidente (geral) - 2

*as notícias desta sub-categoria, em todas as análises, não foram enquadradas em nenhuma das duas imediatas sub-categorias existentes por haver dúvidas com relação à definição destas na versão em português do *IPTC Newscodes*.

Quadro 2.1.2 - Categorias temáticas na SIC em 2013.

Crime, lei e justiça - 17	Acidentes e desastres - 7
Crime homicídio - 1 tráfico de drogas - 3 crimes sexuais - 1 assalto - 1 fogo posto - 1 Polícia investigação policial - 1 Julgamentos processos preliminares - 4 Acusação réu - 2 Crime econômico fraude - 1 Investigação - 2	Incêndios - 4 Acidentes de transportes rodoviário - 1 Acidente (geral) - 1 Caso de emergência explosão - 1

Quadro 2.1.3 - Categorias temáticas na TVI em 2013.

Crime, lei e justiça - 16	Acidentes e desastres - 8
Crime homicídio - 1 tráfico de drogas - 2 crimes sexuais - 2 gangues - 1 Polícia forças policiais - 1 investigação policial - 2 detenção - 3 Julgamentos processos preliminares - 3 Crime de guerra - 1	Incêndios - 4 Inundações - 1 Acidentes de transportes rodoviário - 1 ferroviário - 1 Acidente (geral) - 1

Quadro 2.2 - Formato das notícias em 2013.

	RTP 1	SIC	TVI
Off	2	2	5
Peça	9	19	15
Reportagem	3	3	4
Direto	-	-	-

Quadro 2.4 - Posição das notícias no alinhamento em 2013.

	RTP 1	SIC	TVI
1º bloco - 1ª peça	-	-	-
1º bloco	7	15	6
2º bloco	7	9	18

Quadro 2.6 - Tempo de duração das notícias em 2013.

	RTP 1	SIC	TVI
Até 1 minuto	2	2	6
Até 2 minutos	7	15	10
Até 3 minutos	2	2	8
Mais de 3 minutos	3	5	-

Quadro 2.3 - Número de notícias com destaque em 2013.

	RTP 1	SIC	TVI
Na abertura	2	2	2
Em teasers	3	-	2

Quadro 2.5 - Localização geográfica das notícias em 2013.

	RTP 1	SIC	TVI
Nacional	8	16	16
Internacional	6	8	8
Inter - com portugueses	-	-	-

Quadro 2.7 - frequência do uso de fontes de informação em 2013.

	RTP 1	SIC	TVI
Primária	13	19	19
Secundária	1	1	-
Oficial	7	17	14
Institucional	2	-	1
Individual	2	3	2
Testemunhal	2	6	8
Não referenciada	5	5	5

3. Indicadores relativos ao ano de 2014.

Quadro 3.1.1 - Categorias temáticas na RTP 1 em 2014.

Crime, lei e justiça - 10	Acidentes e desastres - 5
Crime terrorismo - 1 Polícia forças policiais - 1 investigação policial - 1 Julgamentos processos preliminares - 1 Crime organizado - 1 Crime econômico fraude - 1 Crime de guerra - 1 Investigação - 3	Desastre (geral) desastres naturais - 5

Quadro 3.1.2 - Categorias temáticas na SIC em 2014.

Crime, lei e justiça - 14	Acidentes e desastres - 3
Crime homicídio - 1 assalto - 1 terrorismo - 1 Polícia - investigação policial - 2 Punição/sentença - 4 Julgamentos processos preliminares - 1 Acusação réu - 1 Crime de guerra - 2 Investigação - 1	Caso de emergência explosão - 1 Desastre (geral) desastres naturais - 2

Quadro 3.1.3 - Categorias temáticas na TVI em 2014.

Crime, lei e justiça - 22	Acidentes e desastres - 6
Crime homicídio - 4 roubo - 2 terrorismo - 4 Polícia - investigação policial - 1 detenção - 3 Punição/sentença - 1 Acusação réu - 1 Crime de guerra - 2 Investigação - 4	Incêndios - 1 Acidentes de transportes rodoviário - 1 ferroviário - 1 Desastre (geral) desastres naturais - 3

Quadro 3.2 - Formato das notícias em 2014.

	RTP 1	SIC	TVI
Off	1	-	5
Peça	9	16	22
Reportagem	1	-	1
Direto	2	1	-
Reportagem+direto	2	-	-

Quadro 3.4 - Posição das notícias no alinhamento em 2014.

	RTP 1	SIC	TVI
1º bloco - 1ª peça	-	-	1
1º bloco	12	10	3
2º bloco	3	7	24

Quadro 3.6 - Tempo de duração das notícias em 2014.

	RTP 1	SIC	TVI
Até 1 minuto	1	-	5
Até 2 minutos	2	5	13
Até 3 minutos	8	10	9
Mais de 3 minutos	4	2	1

Quadro 3.3 - Número de notícias com destaque em 2014.

	RTP 1	SIC	TVI
Na abertura	-	3	2
Em teasers	1	-	2

Quadro 3.5 - Localização geográfica das notícias em 2014.

	RTP 1	SIC	TVI
Nacional	11	10	18
Internacional	4	6	9
Inter - com portugueses	-	1	1

Quadro 3.7 - frequência do uso de fontes de informação em 2014.

	RTP 1	SIC	TVI
Primária	13	13	22
Secundária	1	3	5
Oficial	10	9	13
Individual	1	4	6
Testemunhal	7	4	12
Referência	1	1	1
Não referenciada	1	1	4

4. Indicadores referentes ao ano de 2015.

Quadro 4.1.1 - Categorias temáticas na RTP 1 em 2015.

Crime, lei e justiça – 8	Acidentes e desastres - 7
Crime homicídio - 1 roubo - 1 Polícia detenção - 1 investigação policial - 1 Punição/sentença - 2 Julgamentos processos preliminares - 1 Acusação réu – 1	Seca - 1 Inundações - 1 Acidentes de transporte aéreo - 1 Acidente (geral) - 2 Salvamento/buscas - 2

Quadro 4.1.2 - Categorias temáticas na SIC em 2015.

Crime, lei e justiça – 14	Acidentes e desastres - 7
Crime homicídio - 1 roubo - 2 raptos - 1 Judicial (sistema de justiça) juiz - 1 Polícia detenção - 1 investigação policial - 1 Punição/sentença - 2 Julgamentos processos preliminares - 2 Acusação réu - 1 Inquérito – 2	Incêndios - 3 Inundação - 1 Acidente (geral) - 2 Salvamento/busca - 1

Quadro 4.1.3 - Categorias temáticas na TVI em 2015.

Crime, lei e justiça – 18	Acidentes e desastres - 9
Crime homicídio - 2 roubo - 3 crimes sexuais - 1 assalto - 1 Polícia forças policiais - 1 investigação policial - 1 detenção - 1 Punição/sentença - 4 Julgamentos processos preliminares - 1 Acusação réu - 1 Crime de guerra - 1 Inquérito – 1	Sismo - 1 Incêndios - 2 Inundação - 2 Acidente de transportes rodoviário - 1 aéreo - 1 marítimo - 1 Acidente (geral) - 1

Quadro 4.2 - Formato das notícias em 2015.

	RTP 1	SIC	TVI
Off	-	3	5
Peça	12	16	20
Reportagem	2	-	1
Direto	1	2	1

Quadro 4.3 - Número de notícias com destaque em 2015.

	RTP 1	SIC	TVI
Na abertura	5	4	2
Em teasers	-	1	1

Quadro 4.4 - Posição das notícias no alinhamento em 2015.

	RTP 1	SIC	TVI
1º bloco - 1ª peça	1	2	1
1º bloco	12	3	5
2º bloco	2	16	21

Quadro 4.5 - Localização geográfica das notícias em 2015.

	RTP 1	SIC	TVI
Nacional	8	14	19
Internacional	7	6	8
Inter - com português	-	1	-

Quadro 4.6 - Tempo de duração das notícias em 2015.

	RTP 1	SIC	TVI
Até 1 minuto	1	3	4
Até 2 minutos	1	7	11
Até 3 minutos	12	8	9
Mais de 3 minutos	1	3	3

Quadro 4.7 - frequência do uso de fontes de informação em 2015.

	RTP 1	SIC	TVI
Primária	11	11	23
Secundária	2	-	1
Oficial	6	4	10
Institucional	-	-	1
Individual	7	3	10
Testemunhal	2	4	5
Especializada	1	-	-
Referência	-	1	1
Não referenciada	3	10	3

5. Indicadores referentes ao ano de 2016.

Quadro 5.1.1 - Categorias temáticas na RTP 1 em 2016.

Crime, lei e justiça - 17	Acidentes e desastres - 3
Crime homicídio - 1 assalto - 1 terrorismo - 2 Polícia forças policiais - 1 Punição/sentença - 1 Julgamentos* - 1 processos preliminares - 4 Acusação réu - 1 Lei internacional extradição (processos) - 1 Crime econômico corrupção - 3 Crime de guerra - 1	Inundação - 1 Acidente de transportes rodoviário - 1 aéreo - 1

*uma notícia desta sub-categoria não foi enquadrada em nenhuma das três imediatas sub-categorias existentes por não se enquadrar nas definições destas na versão em português do *IPTC Newscodes*.

Quadro 5.1.2 - Categorias temáticas na SIC em 2016.

Crime, lei e justiça - 14	Acidentes e desastres - 5
Crime roubo - 2 crimes sexuais - 1 assalto - 1 Punição/sentença - 2 Julgamentos* - 1 processos preliminares - 3 Acusação réu - 1 Crime organizado - 1 Crime econômico corrupção - 2	Inundação - 3 Incêndios - 1 Desastre (geral) avalanche/aluimento de terras - 1

*uma notícia desta sub-categoria não foi enquadrada em nenhuma das três imediatas sub-categorias existentes por não se enquadrar nas definições destas na versão em português do *IPTC Newscodes*.

Quadro 5.1.3 - Categorias temáticas na TVI em 2016.

Crime, lei e justiça - 18	Acidentes e desastres - 7
Crime homicídio - 1 roubo - 2 crimes sexuais - 1 assalto - 1 rapto - 1 Polícia forças policiais - 2 Punição/sentença - 3 Julgamentos processos preliminares - 1 Acusação réu - 1 Crime organizado - 1 Crime econômico corrupção - 1 Investigação - 2 Inquérito - 1	Incêndios - 1 Inundação - 2 Desastres meteorológicos tempestade ciclônica - 1 Acidentes de transportes rodoviário - 2 marítimo - 1

Quadro 5.2 - Formato das notícias em 2016.

	RTP 1	SIC	TVI
Off	5	2	2
Peça	14	17	21
Reportagem	1	-	1
Direto	-	-	1

Quadro 5.4 - Posição das notícias no alinhamento em 2016.

	RTP 1	SIC	TVI
1º bloco - 1ª peça	1	-	2
1º bloco	18	13	5
2º bloco	1	6	18

Quadro 5.6 - Tempo de duração das notícias em 2016.

	RTP 1	SIC	TVI
Até 1 minuto	5	2	2
Até 2 minutos	7	9	10
Até 3 minutos	6	6	12
Mais de 3 minutos	2	2	1

Quadro 5.3 - Número de notícias com destaque em 2016.

	RTP 1	SIC	TVI
Na abertura	3	4	-
Em teasers	-	-	1

Quadro 5.5 - Localização geográfica das notícias em 2016.

	RTP 1	SIC	TVI
Nacional	12	18	24
Internacional	7	1	1
Inter - com português	1	-	-

Quadro 5.7 - frequência do uso de fontes de informação em 2016.

	RTP 1	SIC	TVI
Primária	17	12	24
Secundária	-	-	-
Oficial	11	8	15
Institucional	1	-	-
Individual	5	6	8
Testemunhal	1	1	6
Referência	1	1	-
Não referenciada	2	7	2

6. Notícias totais nos alinhamentos*

Quadro 6.1

	2012	2013	2014	2015	2016
RTP 1	110	117	103	119	119
SIC	144	164	127	118	137
TVI	147	142	160	123	133

*Destques, tanto na abertura quanto em *teasers*, não foram contabilizados.

Anexo II – entrevistas (perfis e guiões)

- **Miguel Fernandes:** jornalista desde 2000, ano em que ingressou na TVI. Especializou-se em coberturas ligadas a crime, segurança e justiça e chegou a ser enviado especial em cenários de guerra, como Kosovo e Afeganistão. Permaneceu na TVI até 2013, quando saiu para fazer parte da equipa fundadora da CMTV, onde foi editor e apresentador do programa *Rua Segura*. Em 2016, foi convidado a retornar para a TVI, para a retomada do programa *SOS*, que apresenta atualmente. É autor de dois livros: *Leviatã Balcânico* e *Justiça, Corrupção e Jornalismo*.

Entrevista realizada em 10 de Novembro de 2016

- Qual a principal diferença que vemos hoje em dia na televisão para o que era desde que começou a trabalhar como jornalista?
- Quando você voltou para a TVI, foi uma iniciativa da TVI já pensando em fazer isso ou foi iniciativa própria?
- O pensamento da TVI foi reforçado pelos números de audiência que viam da CMTV?
- O programa (*SOS 24*) substituiu o *Jornal das 8* na TVI 24?
- Quando você voltou, a direção perguntou como poderia ser, que a notícia que acontecesse tinha que ser uma espinha, se o fato acontecesse de manhã, deveria ser tratado ao longo de toda a programação. Como foi passar isso para o resto da equipa de jornalistas da TVI, para as pessoas voltarem a entender que isso tinha que ter espaço, destaque?

- **Carlos Narciso:** jornalista desde 1980, vencedor do Prémio Gazeta de Jornalismo (1985), Prémio Jornalismo Contra a Indiferença (2000), Prémio Estrela d'África (1999) e Prémio Obras Primas do Jornalismo (1999). De 1992 a 2003, trabalhou na SIC, onde foi apresentador e coordenador do primeiro programa especializado em cobertura de crime e segurança nacional, o *Casos de Polícia*. Também teve passagens pela RTP, TSF e, atualmente, é colaborador da Saloia TV.

Entrevista realizada em 16 de Novembro de 2016:

- A SIC começou tudo, este programa teve um grande impacto nas audiências, gostava de saber mais sobre este início.

- Como era a audiência do programa na época?
- Nesse período, quando o programa surgiu, o que aconteceu nos outros canais?
- Nessa época, como ficaram as relações da imprensa com as polícias?
- Dentro da própria SIC, os primeiros nomes pensados para assumir o programa não quiseram. Quando nasceu era visto de certa forma, mas com o passar do tempo, começaram a ver que tinha espaço pra isso?
- Hoje em dia, do que está no ar nos telejornais generalistas, o que você percebe sobre o modo como é feito?
- Você saiu e o programa continuou, nessa época, até o fim do programa, os outros canais tinham coisas semelhantes?
- A CMTV chegou para romper?
- **Hernâni Carvalho:** jornalista desde 1982. Trabalhou por 21 anos na RTP, onde apresentou o *Histórias da Noite*, programa focado na cobertura criminal, e especializou-se em segurança, justiça e reportagens de guerra. Em 2003 foi para a SIC, em 2007, para a TVI e há 7 anos retornou para a SIC para ser comentador no programa das manhãs. Hoje, apresenta o *Linha Aberta*, mais recente programa policial da emissora. É licenciado em Psicologia e autor de vários livros na temática da segurança e terrorismo.

Entrevista realizada em 19 de Julho de 2017:

- Queria que você começasse traçando um pouco do seu trajeto enquanto profissional nessa área.
- Sobre esses primeiros programas especializados em segurança e crimes, na RTP, em que ano começaram e como foi a passagem deles?
- A equipa do Histórias da Noite sempre acompanhava a equipa da polícia no dia?
- O seu programa foi o que conseguiu a primeira abertura das autoridades para esse tipo de acompanhamento?
- Nessa altura, as outras televisões investiam neste tipo de abordagem também?
- Na informação, por aproveitarem o conteúdo dos programas especializados, esse tipo de cobertura começou a ser mais visto?
- Como começaram as crónicas criminais nos programas das manhãs?
- O que você percebe de mais diferente hoje na forma como as notícias vão ao ar? A chegada da CMTV fez com que as outras televisões voltassem a pautar mais esse assunto?
- Como você acha que está sendo coberto o crime e segurança, tem mais hoje em dia do que há alguns anos?
- Há mais visibilidade por que há interessa das pessoas em saber sobre crimes?

INFORMAÇÃO PESSOAL

Caroline Ribeiro de Almeida



- Lisboa (Portugal)
- (351) 919669011
- carolineribe@gmail.com
- <https://pt.linkedin.com/in/carolineribe>

Jornalista

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- 02/2016–03/2017 **Correspondente freelancer Globo Notícia Europa**
TV Globo Internacional, Londres (Inglaterra)
- 13/02/2017–03/03/2017 **Palestrante e auxiliar de coordenação**
MYA Project - Mobility of Young Adults, Cistema di Latina (Itália)
- 17/09/2012–30/09/2015 **Editora - Apresentadora CETV 1ª edição**
TV Verdes Mares - afiliada Globo CE, Fortaleza (Brasil)
- 07/07/2009–10/08/2012 **Repórter**
TV Jangadeiro - afiliada BAND CE, Fortaleza (Brasil)

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

- 09/2015–10/2017 **Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação**
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa (Portugal)
- 09/2015–07/2016 **Pós-graduação em Jornalismo**
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa (Portugal)
- 08/2005–07/2010 **Bacharelado Comunicação Social - Jornalismo**
Universidade de Fortaleza, Fortaleza (Brasil)

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna Português

Outras línguas

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
inglês	C1	C1	C1	C1	C1
espanhol	B2	B2	B1	B1	B1
russo	A1	A1	A1	A1	A1

Níveis: A1 e A2: Utilizador básico - B1 e B2: Utilizador independente - C1 e C2: Utilizador avançado
[Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas](#)

